

CIDADE E SUBJETIVIDADE

Série
Interlocuções Práticas,
Experiências e Pesquisas em Saúde

Simone Paulon, Luis Artur Costa e Robert Filipe dos Passos (Orgs)



A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 300 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «**e-livro, e-livre**», de financiamento colaborativo.

Acesse a página
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

editora.redeunida.org.br



ORGANIZADORES

Simone Paulon

Luis Artur Costa

Robert Filipe dos Passos

Série Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

CIDADE E SUBJETIVIDADE

1^a Edição

Porto Alegre

2025

editora



redeunida

Copyright © 2025 by Simone Paulon, Luis Artur Costa, Robert Filipe dos Passos e Associação Rede Unida



Este trabalho está licenciado sob a licença Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editores-Chefes: **Alcindo Antônio Ferla e Héider Aurélio Pinto**

Editores Associados: Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânia Martins, Fernanda Cornelius Lange, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Michelle Kuntz Durand, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Sheila Rubia Lindner, Stela Nazareth Meneghel, Stephany Yolanda Ril, Suliame Motta do Nascimento, Virgínia de Menezes Portes

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);

Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Àngel Martínez-Hernández (Universitat Rovira i Virgili, Espanha);

Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália);

Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália);

Berta Paz Lorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha);

Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América);

Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);

Érica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil);

Héider Aurélio Pinto (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil);

Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);

Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense);

João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);

Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil);

Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil);

Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lanús, Argentina);

Lisiane Bôer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil);

Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil);

Mara Lisiâne dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);

Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil);

Marco Ackerman (Universidade de São Paulo, Brasil);

Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália);

Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil);

Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil);

Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil);

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil);

Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco);

Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil);

Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Rossana Staevia Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil);

Sara Donetto (King's College London, Inglaterra);

Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil);

Túlio Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil);

Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);

Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil);

Vera Lucia Kodjaoglanian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil);

Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial**Alana Santos de Souza****Jaqueleine Miotto Guarneri****Camila Fontana Roman****Carolina Araújo Londero****Revisão do Texto**

Tiago Estrela

Diagramação**Lucia Pouchain****Foto de Capa**

Marcos Soares - fotógrafo

Financiamento

Este livro foi financiado e apresenta parte dos resultados da pesquisa “Experiências Urbanas e Produção do Comum: Modos de Vida e Invenção das Cidades em Tempos de Intolerância” foi realizada entre 2017 e 2020 sob coordenação da Professora Simone Paulon do PPG de Psicologia Social e do Prof. Fernando Fuão do PPG de Arquitetura, ambos da UFRGS. O projeto recebeu financiamento público pelo Edital Universal MCTI/CNPq N°1/2016 (Processo 423985/2016-7) e atendeu às diretrizes dispostas na Resolução nº 466/12, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, do Conselho Nacional de Saúde (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE No. 82415417.4.0000.5334).

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C565

Cidade e subjetividade: lampejos e encontros/ Simone Paulon, Luis Arthur Costa, Robert Filipe dos Passos (Organizadores) – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2025.

122 p. (Série Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde, v. 69).

E-book: 12.5 Mb; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5462-230-1

DOI: 10.18310/9786554622301

1. Subjetividade. 2. Cidades. 3. Desigualdade Social. 4. Resiliência Psicológica. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

NLM WA 380

CDU 614.78

Catalogação elaborada pela bibliotecária Alana Santos de Souza - CRB 10/2738

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre - RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO CIDADE E SUBJETIVIDADE: LAMPEJOS E ENCONTROS.....	9
Simone Paulon, Luis Artur Costa e Robert Filipe dos Passos (Orgs)	
OCUPAR-SE DO CUIDADO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA: MULHERES MIRABAL E SEUS MODOS DE HABITAR	13
Simone Mainieri Paulon, Luisa Silveira, Juliana Baldasso, Helena Andrade Ew, Nanashara D'Ávila Sanches	
OKUPA KSA ROSA QUATRO FALAS SOBRE A KSA ROSA EM FRAGMENTOS: MARI, FU, ZÉ E O BURACO.....	20
Maristoni Moura, José Carlos Lemos, Fernando Fuão	
PARIR UM QUILOMBO	32
Lara Yelena Werner Yamaguchi, Heloísa Helena Oliveira de Oliveira, Caio Monçalves, Simone Mainieri Paulon	
CARA DA RUA	39
Ana Laura Baldini Reis, Daniela Mendes Cidade, Diogo Vaz da Silva, Guido Norberto Buch Ruschel, Luis Artur Costa	
PÓLIS E PEDAL: O TRÂNSITO ENQUANTO ANALISADOR DA URBE....	54
Diogo Vaz da Silva, Guido Norberto Buch Ruschel, Guilherme Flach, Luisa H. C. Silveira, Luis Artur Costa	

O PREÇO DA PAZ DOS CONDOMÍNIOS DE LUXO	67
Gabriel Vargas Bernardo, Guido Norberto Buch Ruschel, Luis Fernando Massoni, Simone Mainieri Paulon	
SUBJETIVIDADES ESTRANGEIRAS: CIDADES EM DESLOCAMENTO A PARTIR DO ENCONTRO COM IMIGRANTES VENEZUELANOS	76
Robert Filipe dos Passos, Ariadne Cedraz, Fernanda Rocha, Simone Paulon, Cássio Nogueira	
NARRATIVAS DOS ROLÊS: FESTAS DE RUA COMO CLÍNICO-POLÍTICA URBANA	92
Camila Braz da Silva, Gabriel Vargas Bernardo, Mariana Gonçalves da Silva e Luis Artur Costa, que compõem o Coletivo Cartografias do Rolê de Rua (CCRR)	
POSFÁCIO AS MUITAS CIDADES TÃO CONCRETAS QUANTO INVISÍVEIS QUE EXISTEM NA CIDADE EM QUE VIVEMOS: A CONSTRUÇÃO DE UM COMUM.....	109
Luis Artur Costa	
AUTORES(AS) DA OBRA.....	115

APRESENTAÇÃO

CIDADE E SUBJETIVIDADE: LAMPEJOS E ENCONTROS

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro¹. Walter Benjamin

Narrar a cidade não é o mesmo que contar o que nela se viu. Narrar a cidade implica narrar-se como passeante, habitante, visitante, estrangeiro, fazer-se flâneur ou flâneuse. Requer, pois, uma ousada disposição a capturar a efemeridade da existência urbana que desafia o espírito cartográfico a passear por superfícies. Superfícies que, justo por não estarem no mapa, reclamam um/a narrador/a.

Os fragmentos e imagens que se encontram espalhados neste livro reúnem pedaços de pensamentos, rastros de experiências, migalhas deixadas/encontradas/criadas ao longo de um percurso de pesquisa-intervenção² que permitem contemplar, na desordem multifacetada e polifônica da paisagem percorrida, lampejos de um mapa movente a que chamamos cidade.

Seguindo a pista de Benjamin, para quem pautar a caminhada pela busca da saída do labirinto-cidade é sempre menos instigante do que desfrutar

1 BENJAMIN, W. Obras escolhidas II: Rua de mão única. Brasiliense, 1995.

2 A pesquisa “Experiências Urbanas e Produção do Comum: Modos de Vida e Invenção das Cidades em Tempos de Intolerância” foi realizada entre 2017 e 2020 sob coordenação da Professora Simone Paulon do PPG de Psicologia Social e do Prof. Fernando Fuão do PPG de Arquitetura, ambos da UFRGS. O projeto recebeu financiamento público pelo Edital Universal MCTI/CNPq N°1/2016 (Processo 423985/2016-7)) e atendeu às diretrizes dispostas na Resolução nº 466/12, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, do Conselho Nacional de Saúde (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE No. 82415417.4.0000.5334).

as possibilidades que os caminhos errantes acenam àquela/es que arriscam nela se perder, o coletivo de autora/es-pesquisadora/es percorreu muitas cidades que a cidade de Porto Alegre abriga. Qualquer pretensão investigativa de identificar ou de partir de alguma espécie de racionalidade urbana se teria dissipado aos primeiros passos percorridos com qualquer participante de um dos sete segmentos de habitantes com quem nos entregamos às ruas da cidade.

A inversão metodológica de um caminhar (*hodos*) que orienta a finalidade (meta) do estudo foi a perspectiva que sustentou tal percorrido. Os escritos aqui presentes expressam a radicalidade com que o coletivo pesquisador se lançou a esta possibilidade de um desenho de pesquisa acadêmica que não faz concessões às clássicas dissociações entre objeto-sujeito, pesquisador-pesquisado, sociedade-individuo, cidade-subjetividade. Tensionando tais concepções tão caras ao que se estabeleceu como padrão científico, foi “um rigor outro”³ que guiou os modos de pesquisar cujos resultados são pincelados entre recortes diarísticos, fotografias, colagens, narrativas ficcionais, reflexões coletivas, etc.

Diante da avalanche de intensidades experimentadas com mulheres reclamando o direito à sobrevivência e proteção da violência patriarcal; pessoas em situação de rua lançando seus olhares para além da estigmatização e criminalização da pobreza; ocupantes de prédios abandonados reivindicando seu direito à moradia; uma mulher negra, que a partir da série de violências colonial, patriarcal e de Estado sofridas, consolida suas raízes e dos seus parindo um Quilombo; pedalantes cruzando uma cidade que desejam menos perigosa e mais sustentável; moradores de condomínios de luxo recolhendo-se temerosos a suas fortalezas privadas; imigrantes buscando um porto outro, uma vez que sua terra natal, aquela da memória, já não existe mais; festeiras/os urbanas/os insistindo em fazer das ruas um espaço público de celebração-invenção do Comum, a cidade revela-se em sua plurivocidade no encontro com coletivo também heterogêneo que nela se lançou.

³ Alusivo ao título da obra em que pesquisadora/es da UFBA debatem perspectivas metodológicas críticas à hegemonia quantitativa e positivista das pesquisas acadêmicas: Ver mais em MACEDO, R. S.; GALEFFI, D. e PIMENTEL, A. (orgs) Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa : educação e ciências humanas. Prefácio Remi Hess. Salvador: EDUFBA, 2009.

Nenhuma tentativa de totalização estilística ou síntese comprehensiva seria menos que destruidora da pluralidade e colorido evidenciados no percorrer da cidade. Daí o porquê do caráter fragmentário dos estilhaços de textos, lampejos de acontecimentos, flashes de imagens ser mantido como cada segmento escolheu compor a narrativa das muitas vozes e olhares com que a cidade fez-se ouvir e deu-se a ver no tempo da duração dos encontros que a pesquisa oportunizou.

De comum, entre os sete subgrupos componentes do grupo de pesquisa interdisciplinar, multidepartamental e contando com pesquisadore/as doutora/es a graduanda/os e não acadêmica/os ligada/os aos movimentos sociais, tínhamos a orientação ético-política da cartografia, no contraponto à lógica extrativista das pesquisas que só chegam em campo para levantar dados. A proposta era inventarmos aproximações não só possíveis como necessariamente úteis e significativas aos coletivos escolhidos para acenarem com algum acorde da sinfonia que perfaz a cidade. Operando as profanações necessárias às inserções em campos muito diversos, compartilhávamos uma mesma disposição investigativa de apreender as muitas cidades que subjetivam seus e suas cidadã(os), cujos percorridos arquitetam e singularizam a cidade de cada um(a) e de todos nós.

Alguns dos efeitos dos múltiplos encontros que daí se seguiram podem ser acompanhados nos recortes que esta publicação reúne. Tal como o modo de pesquisar que gerou o estudo das relações cidade-subjetividade que as páginas a seguir anunciam, se podemos sugerir alguma instrução para adentrar nos campos/páginas deste livro seria uma certa disposição à leitura errante, que se arrisca na floresta tendo apenas “o estalar do graveto seco ao ser pisado” como guia. Que seja um bom passeio!

Simone Paulon, Luis Artur Costa e Robert Filipe dos Passos (Orgs).

OCUPAR-SE DO CUIDADO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA: MULHERES MIRABAL E SEUS MODOS DE HABITAR

Simone Mainieri Paulon, Luisa Silveira, Juliana Baldasso,
Helena Andrade Ew, Nanashara D'Ávila Sanches



Imagen de uma faixa escrita “É pela vida das mulheres. #MARIELLEVIVE. Ocupação mulheres Mirabal” com o desenho do perfil de Marielle Franco e Olga Benario (foto das autoras).

Como se produz cuidado através da militância? Como se constrói militância (e resistência) através do cuidado?

Essas foram as perguntas que emergiram a partir do encontro com a Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal. A ocupação, que acolhe mulheres em situação de violência teve como primeiro espaço o prédio de um antigo orfanato, na rua Duque de Caxias. “Cheguei na casa, cadeado, corrente, dedo, campainha”, registram as pesquisadoras em seu diário coletivo, nas primeiras idas à casa, ainda naquele endereço. “Uma moça abre

o portão, me acolhendo dentro da casa. Depois disso, me pergunta o nome e o que desejo ali. Assim parece funcionar a Mirabal, primeiro acolhe, depois nos pergunta quem somos”.

Na casa habitam contrastes: enclausuramento e abertura, esconder-se e reivindicar um lugar, necessidade de segurança e desejo de liberdade, tudo coexiste naquele espaço demandante de possibilidades de vida. Assim, vivemos um pouco do dia a dia na Mirabal: organização com escalas, tarefas compartilhadas:

Ana me apresenta à casa, colocando em minhas mãos as chaves das portas e portão (...) A escala funciona com três turnos, durante sete dias por semana. Em cada turno alguém precisa ficar responsável pela organização da casa. Basicamente as tarefas consistem em: ficar responsável por quem entra na casa (“Não abrimos para homens, exceto quando é para doação!”), cuidar do brechó, abrir para quem quiser comprar. “E quando tiver briga, daí tu separa”, disse ela concluindo o rol das atividades (diário de campo coletivo).

Logo nos primeiros meses, enquanto nos aproximávamos cuidadosamente, temendo que qualquer movimento parecesse invasivo ou desinteressado, mais uma violência atravessa a vida daquelas mulheres: “Dia chuvoso e frio, semana de resistência. Ameaça iminente de despejo”. Uma nova ocupação, na zona norte da cidade, passa a virar morada.

Elas sofrem a violência de não poderem circular pela cidade e às vezes nem irem nos lugares que gostariam, enquanto seus violentadores circulam livremente pela cidade [...] os símbolos de proteção, como as grades, a cerca elétrica e a tranca, são os mesmos elementos que trazem repulsa nas falas das acolhidas quando falam das más experiências e medo de ir para as casas abrigo, pois lá estes elementos simbolizam a prisão (diário de campo coletivo).

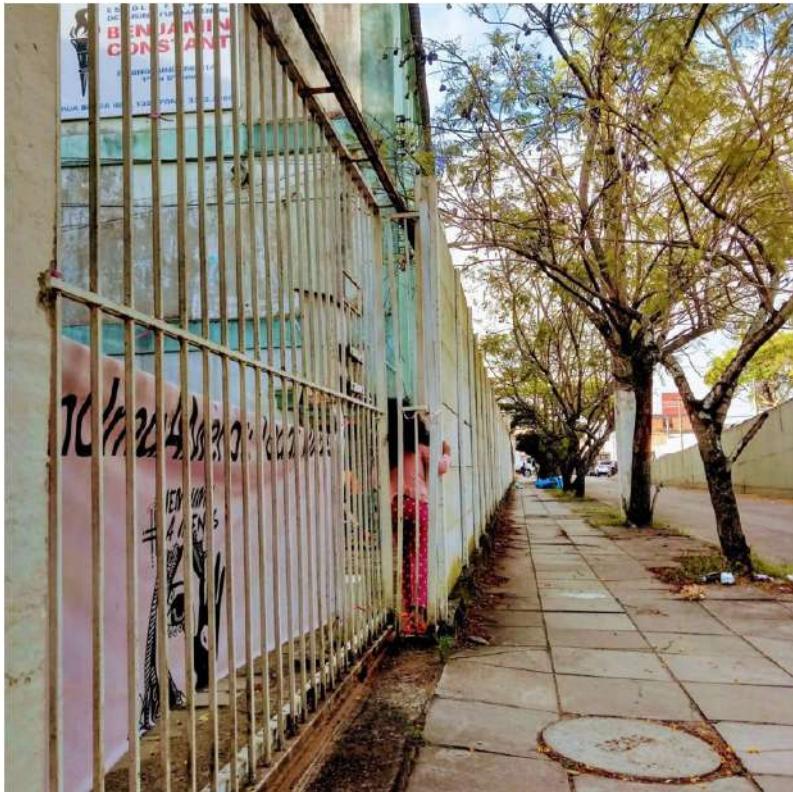


Imagen de um portão gradeado, onde está um cartaz escrito “nem uma a menos” (foto das autoras).

Onde se percebe o medo, revela-se também a coragem. Valentia necessária para, diante da violência sofrida, deixar para trás suas casas, seus pertences, a família, a comunidade e, não raro, também o trabalho. Muitas vezes, a vontade de proteger os filhos é o que impulsiona e dá força a esses movimentos. E, apesar das agressões, a saída de casa, em muitos casos, era postergada pelo medo de não encontrar outro lugar para ficar. É neste fio da navalha, entre o medo da rua e da morte que as mulheres chegam à Mirabal. Para as pesquisadoras, escutadoras dessas histórias, renova-se a consciência da importância do direito à moradia para romper os ciclos de violência.

Sistema machista que não suporta ver mulheres ocupando seu espaço na cidade, coloca-as na posição de não-cidadãs por não terem moradia regular, mas na hora que elas buscaram auxílio na delegacia não pensaram duas vezes em encaminhá-las para a Mirabal - revelando a ausência de outro espaço mais adequado. Sistema machista que só quer acolher se for sob uma tutela rígida, bem comportadinhas e controladas, se fugir disso elas são punidas por não terem feito aquilo que era permitido (diário de campo coletivo).

Uma ocupação onde as mulheres reivindicam um lugar só seu, onde imperam as suas regras é algo revolucionário. É uma afirmação de existência necessária, especialmente se falamos de mulheres periféricas e negras, cujo pertencimento ao tecido social não costuma ser reconhecido. Há um projeto de silenciamento das mulheres negras que controla a possibilidade e o alcance de suas vozes, impedindo a conquista de um pertencimento mais amplo às diferentes esferas da pôlis.



Imagen de crianças brincando em pátio e ao fundo há uma faixa escrito “Basta de violência contra as mulheres. Mulher não se cale, lute! Movimento de Mulheres Olga Benario” (foto das autoras).

A partir da oferta, pelas pesquisadoras, de um dispositivo clínico-político de escuta coletiva, que se organizou na forma de grupos semanais,

pudemos observar como as experiências de violência constituem subjetividades, delineiam modos de viver, de habitar e de existir na cidade. Mas as histórias das mulheres escutadas não se limitam aos episódios violentos que as retirou de suas casas, configurando uma rede complexa de constantes deslocamentos e reinvenções a partir deles. Dentre as invenções que mais se destacam nesse contexto está a dimensão política do cuidado.

A afirmação de relações solidárias, de reciprocidade no cuidado e no reconhecimento mútuo, não se dá de forma simples e imediata: é também um esforço diário. Mas, para atender às urgências das mulheres é preciso mais que compromissos políticos e intelectuais, também é preciso valorizar as relações, investir em alianças e nos fortalecer emocionalmente (Oliveira & Dordevic, 2015). Aprendemos, de fato, que “o feminismo é o contrário da solidão” (Tiburi, 2018, p. 31). Vibramos com a construção de uma militância no “entre”, no agenciamento entre mulheres constituidas de modos tão diversos. Assim, a produção de comum, pela via do agenciamento, é sustentar a permanência sobre a linha de encontro entre dois mundos, compostos por diferenças e divergências, criando algo que não está nem em mim e nem na outra, mas no espaço partilhável que há entre nós (Escóssia, 2009).



Imagen de parede com rabiscos de crianças em formas variadas e dois estêncis: um com o símbolo do feminismo negro e outro (ex)isto (re)isto (foto das autoras).

Se as paredes pudessem falar, o que diriam? Elas já dizem nas marcas de luta gravadas como que na pele de cada uma ali presente, nos rabiscos infantis que contam histórias de um mundo possível a partir desse cuidado coletivo, nas rachaduras que remetem à precariedade de uma estrutura (estatal, institucional) que falha em oferecer cuidado a quem precisa. Entre essas paredes, presenciamos diariamente o cuidado como estratégia política para lutar contra a violência patriarcal, machista e misógina. Entendemos, na prática, que o cuidado de si e de todas é inseparável. O cuidado que se faz no espaço de uma moradia compartilhada, ocupada, cujos laços se firmam e se afirmam no cotidiano, nos afazeres domésticos, nos conflitos, no viver juntas. Esse modo de habitar produz cuidado e, ao fazê-lo, resiste à dominação machista, individualista, capitalista e colonial que impera nas cidades. É uma rachadura no concreto do patriarcado, tornando-o mais frágil e, quem sabe, cada vez mais próximo de desmoronar.



Imagen de parede com um desenho de Frida Kahlo e escrito “As gay, as bi, as trans e as sapatão, tão tudo organizada para fazer revolução” (foto das autoras).

REFERÊNCIAS

- Escóssia, Liliana da. (2009). O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 13, n. 1, p.1-2.
- Oliveira & Dordevic, (2015). Cuidado Entre Ativistas: Tecendo Redes Para A Resistência Feminista. CFEMEA.
- Tiburi, Márcia. (2018). Feminismo em Comum: Para todas, Todes e Todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

OKUPA KSA ROSA

QUATRO FALAS SOBRE A KSA ROSA EM FRAGMENTOS: MARI, FU, ZÉ E O BURACO

Maristoni Moura, José Carlos Lemos, Fernando Fuão



Fachada da Ksa Rosa.

A OCUPAÇÃO

“Ali, na primeira ocupação da Ksa Rosa do Hotel Aliado moravam meus filhos: o Leonardo, a Tata, e a Manu que era bebê, e o Gabriel e a Tamires com o Arthur que também era bebê. Morava também minha irmã caçula Juliana e o ‘Minhocá’ que estavam noivos, e os catadores. O Eliandro estava

lá, acabou sendo despejado com nós, veio junto. Tinham três catadores que ficaram no processo, tínhamos uns oito, mas quando o juiz bateu o martelo de que íamos ser despejados e já havia data, ficaram só três catadores resistindo pra ir junto pra nova Ksa Rosa e pra dar continuidade no projeto Ksa Rosa. Eram seis famílias conosco, tinham crianças e mais três catadores que eram solteiros, e então começou o processo, porque solteiro não tem direito a casa. Dois foram embora, fugiram com o carrinho, e ficou só o Eliandro.”

“Eu morei cinco meses nas duas casas (Hotel Aliado e a atual Ksa Rosa) até ser despejada de lá mesmo.”

“O Hotel Aliado era verde, mas os punks pintaram de rosa. Inclusive eles foram multados por isso, porque precisava de autorização do IPHAN para trocar a cor, uma vez que o prédio era patrimônio cultural. Então, mudaram o nome da ocupação para “Ocupa que Cria Ksa Rosa”, como forma de protesto, já que o patrimônio estava abandonado e eles queriam que permanecesse verde caindo aos pedaços e não podia restaurar pintando de rosa. Depois eu fiquei com o “Ksa Rosa” e tirei o “Ocupa que Cria”, então ficou “Ksa Rosa Novos Horizontes”.

“Nós ocupamos a atual Ksa Rosa em 19 de outubro de 2014. Então, chamei o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) pra vir junto e ser o apoio pra gente poder ocupar definitivamente, a gente fez uma reunião para planejar lá na 20 de Novembro, vieram a Cuna (ocupação ali da Osvaldo Aranha) e a Ocupação Borboleta. Então, a gente criou essa rede de apoio pra Ksa rosa poder ter outro lugar, porque já estava com despejo dado.’

“A idéia na atual Ksa Rosa era fazer uma ciranda e trabalhar com geração de renda, funcionando com hospedagem solidária, como casa de passagem. Mas, eu acabei vindo morar aqui também, eu não tinha onde morar. E também precisava ter alguém aqui, as pessoas que eu resolvi trabalhar e acolher por serem usuários ativos de droga usavam medicação contínua, eles não vivem sem um cuidado e uma proteção. Como estava em jogo a estrutura da casa, que era um bem comum e acima de tudo era patrimônio histórico,

precisava cuidar, não podia deixar eles bebendo e usando droga. Uma vez eles botaram fogo, tem marcas da fumaça ainda, os alunos da arquitetura da UFRGS restauraram essa parte. Era uma falta de autocuidado e de falta de cuidado com tudo em volta.”

“Eu tenho vergonha de contar isso, mas eu pagava o dia de trabalho do pessoal da rua que usava droga para limpar. Eu pagava bem mais barato, porque eles estavam desesperados pelo dinheiro para fumar. Faziam super rápido, correndo risco de se machucar. Eu dava meu carrinho para eles trabalharem, também emprestava o carrinho no final para eles fazerem uma carga e depois eu comprava deles. Eles chegavam uma, duas da manhã e eu avaliava o volume no olho, não pesava. Esse era o reconhecimento que eu tinha pelo trabalho deles, esse respeito era o que aproximava as pessoas, faziam com que elas quisessem trabalhar comigo. Eu ajudava, emprestava dinheiro, então eles me respeitavam, não roubavam aqui.”

“Eu acho que eu conheci o pessoal da arquitetura através da coordenação do Galpão de reciclagem Sepé Tiaraju, localizado na avenida Federico Mentz, lá perto Arena do Grêmio. Na época eu estava em participando do projeto de aprovação da lei dos resíduos sólidos, teve uma audiência pública por causa da lei de proibição de tração humana dos catadores, conheci a Daiane nessa audiência que a Vila Santo André estava participando, ela era moradora da vila.. A gente estaria produzindo pães, bolos, bolachinhas lá na cozinha do Sepé, juntas organizando um grupo de mulheres, foi aí eu conheci a Maria de Lourdes Figueiredo e a Natália que eram as coordenadoras da cozinha, a De Lourdes é a irmã do Pedro Figueiredo que trabalhava na coordenação da parte do Galpão de Triagem. E nisso o Pedro veio me trazer um dia em casa, atual Ksa Rosa, e me falou da existência do projeto da Universidade na rua da UFRGS, me falou dos projetos que ele já atuava, e ficou de trazer o pessoal do Universidade na Rua para conhecer a Ksa Rosa”



Carrinho da Ksa Rosa.

ACONTECIMENTO

“Conheci a Maristoni, através do Pedro Figueiredo, chegou ansioso por tê-la conhecido no Galpão de reciclagem Sepé Tiaraju. Ela chegou lá em busca de um espaço para exercer suas atividades de educadora popular e convidou o Pedro para visitar a ocupação Ksa Rosa, fazia pouco tempo que tinha ocupado o sobrado. Pedro visitou a casa e ficou impressionado com o potencial da casa para trabalhar com os estudantes, como eu vinha fazendo em vários lugares com os alunos ao longo de quase quinze anos. Fuão, disse ele: tenho um lugar fantástico para te mostrar, tu vai adorar, tens que ir lá agora. Já era noite, insistiu, insistiu. Então vamos. Foi ali na rua voluntários em meio a cracolândia que me apaixonei pela casa e pela Mari, uma entidade quase indissolúvel. A casa parecia todo um mistério apaixonante em meio à escuridão da noite e a falta de luz elétrica. Um sobrado antigo cheio de salas e mais salas com conexões

abarrotado de coisas interessantes provenientes da catação. Conversamos e acertamos de irmos trabalhar ali no próximo semestre, tornar a ocupação Ksa rosa como tema gerador da disciplina Projeto arquitetônico II. Desde aquele dia não parei de ir lá, a ksa Rosa se tornaria outra casa para mim, um novo lugar de trabalho e de dar aulas e atender mestrandos e doutorandos, um lugar de refúgio, um mundo fantástico repleto de coisas interessantes em meio aos materiais da reciclagem, papelões, pet. Mari me comentou que o coletivo vivia da catação com um carrinho que tinham.

Lembro que assim que chegamos na frente da casa, minha memória foi atiçada fortemente, e foi uma das primeiras coisas que comentei com a Mari. Na década de 90, de vez em quando eu passava ali de tardezinha, e via uns garotos pulando o portão de ferro como se estivessem assaltando ou ocupando. E ela me explicou que antes deles ocuparem o prédio, aquele sobrado tinha sido sede de um abrigo para menores infratores, e que provavelmente estavam pulando para entrar mais cedo ou qualquer coisa desse tipo. E, também havia sido sede de uma delegacia de polícia. Era tanta informação nova que Mari me apresentava que confesso não fixava perfeitamente, porque estava me repartindo em dois tentando prestar atenção nas coisas que ela falava enquanto disfarçadamente meus olhos tentavam captar todo o fascínio da casa na penumbra. Vício de formação de arquiteto que olha o mundo material antes de prestar atenção nas pessoas. Eu era todo atenção para a casa. Lembro que naquele mesma noite ela me falou da antiga ocupação que viviam, que era um antigo hotel de três andares próximo dali, e que o nome da ocupação Ksa Rosa, novos caminhos vinha dessa antiga ocupação, pois o prédio era cor de rosa, e o nome novos caminhos vinha do antigo nome da rua voluntários da pátria que se chamava ‘caminho novo’.

“Hoje passados quatro anos, já não consigo colocar minhas lembranças em ordem cronológica, perdi muitas oportunidades de escrever sobre essa vivência tendo a Mari parceira de caminhada. Dois dias depois voltei lá de dia, o impacto sofrido, na segunda visita cresceu. Nesse dia pude conhecer o verdadeiro labirinto de salas corredores que se constituía aquele sobrado,

cada espaço era fantástico, um pé direito no segundo andar de mais de três metros. Me lembra muito minha casa de infância. A parte de baixo era todo quase um porão cheio de repartições mal iluminado, fantasmagórico, com uma altura que não passava de um braço levantado, onde ficavam visíveis os grandes barrotes de madeira que sustentavam o segundo andar. Ela mostrava com muito entusiasmo da salinha logo na entrada ela gostaria que fosse um brechó, na outra saleta gostaria que fosse um pequena sala de beleza para formação de mulheres para o pessoal de rua.”

A KSA DA ARQUITETURA



Visita interna à Ksa Rosa.

Fuão e eu éramos colegas de longa data, mas nunca havíamos trabalhado juntos. Eu coordenava a COMGRAD/ARQ em 2016, quando ele um dia, visitou o local e me convidou para lecionar a disciplina de projeto arquitetônico II numa ocupação. A ideia me impactou prontamente. Não havíamos combinado nada. Foi assim que migrei numa sexta-feira pela

manhã, na primeira e sempre um tanto tensa aula do primeiro semestre de 2017, a pé, do Bairro Bom Fim onde moro, até o Bairro Navegantes onde se encontra a Ocupação Ksa Rosa. Para isto é necessário subir e descer o morro cuja crista é desenhada pela Avenida Independência. Apesar de arquiteto e professor experiente, eu não tinha a menor ideia do que me esperava em termos de valores de experiência arquitetônica e urbanística naquilo que visitaria. A Ksa Rosa fica na Voluntários da Pátria, quase esquina com a Rua Santo Antônio. Mas, naquele dia optei enveredar pela Garibaldi. Após passar a Independência, logo no meio da descida, ultrapassando a Avenida Cristóvão Colombo era possível sentir a modificação de critérios de cuidado da gestão pública com a cidade. A partir daí a cidade se transformava. Moradores de rua, buscavam suas calçadas para se aglomerar em conversas, montar suas barracas de restos colhidos pela cidade (que eram desencorajadas em outros lugares), ou simplesmente era possível avistá-los dormindo atravessados numa calçada sem se importar com condições de sol ou chuva. Eram muito severas as distinções formais de uma e outra cidade. Bueiros entupidos com acúmulo de muito lixo represado, edificações deterioradas, vidros quebrados, prédios abandonados, incendiados, fiação pública roubada. Calçadas umedecidas por um caldo preto do movimento dos carros misturado a superfícies com limo. A Cristóvão afigura-se mesmo como uma margem. Limite entre a cidade formal e a cidade informal. Destas coisas que a gente vê e percebe como diferença desde crianças, mas que precisa da maturidade para compreender (profissional se formos arquitetos e urbanistas). Simplesmente o que parece desaparecer na navegação de uma cidade para outra é um tanto da vontade de viver.

O dia era nublado. E o silêncio da constatação daquela mudança e abandono acrescentava uma tristeza de impotência. Desânimo de um mundo esperando ajuda, sem parceiros interessados em acudir. Aproximando-se da Farrapos brotavam prostitutas das janelas, moradores de rua encorajavam-se a pular grades e viver em meio a entulhos de detritos e sucata dentro de pátios de sobrados abandonados e semidestruídos. O trecho da Farrapos até a

Voluntários e na sequência da Voluntários até a Ksa Rosa era e continua hoje a ser particularmente crítico. Hotéis inacreditavelmente pobres e arruinados dão lugar a mais prostitutas, que se misturam ao submundo do crack e outras drogas pesadas. Os locais de prensagem de resíduos de papeis e plástico sempre ativos são misturados com a rede de tráfico de drogas numa aparente feição indistinta. Na Voluntários crianças, cachorros e vendedores de refeições diversas (não raro fazem churrascos de carne de frango e de costela de gado em toneis nas calçadas) se somam a esta multidão frenética.



Parte interna da Ksa Rosa.

Então encontrei pela primeira vez a Ksa Rosa. A turma de estudantes também ia chegando. Primeiro, sozinho, desde a calçada fronteira, fiquei a observar o sobrado da Ksa, uma edificação antiga, talvez dos princípios do século XX, muito descaracterizada pelo tempo, coberta de lajotas cerâmicas que suprimiram totalmente as muitas cimalhas e arabescos que deveriam compor suas fachadas e platibandas. Não havia pavimento no passeio público. O portão metálico possuía uma arte e desenho muito peculiar. Ao se olhar para cima, distinguia-se a pequena sacada de altura baixa (o térreo da Ksa é muito baixo, em parte devido a aterros da área antigamente marginal ao rio e, em parte caracterizando a diferença de

tratamento dada aos moradores proprietários do andar superior e os espaços de funções de trabalho, empregados que há apenas algumas décadas haviam deixado de ser escravos). É estranha a localização da altura desta sacada, torna a frente do sobrado muito peculiar, sobrando muita superfície de fachada acima da sacada.

Depois de pequena espera surge a Mari (a coordenadora da ocupação, Maristoni Moura) no portão e retira a corrente com o cadeado para todos entrarem. A figura da Mari impressiona inicialmente por uma aparente fragilidade física. Esta sensação se dissipa logo que Mari inicia firmemente sua fala rouca pela nicotina. Sua voz e entonação são sempre um misto de doce acolhimento e corajosa convicção. Mari e Ksa são uma única ideia. Emociona a força desta pequena mulher sem dinheiro, despida de propriedades, mas cheia de ideias, que encara o mundo de desigualdades com a coragem de uma gigante. Ela realmente domina a arte de agir apesar do medo, por cima e além de perigos muito reais. Quantos escolhem sair de uma vida comum para uma vida de lutas incessantes? Quem deixa de buscar a segurança familiar e parte para o dia-a-dia quase sempre belicoso de uma ocupação? Quem leva sua vida e família para o front da explosão social desigual? Quem escolhe como casa as ruas onde todas as principais chagas de nossas cidades eclodem em sua medonha carranca?

Mari, uma antiga instrutora do MST, ingressou no ativismo das ocupações urbanas, e participou de várias atividades de ocupações antes de acabar na Ksa Rosa. Aí na Ksa findou coordenando, no andar de cima, sua residência de avó e mãe e um projeto de centro cultural e no andar inferior, a inclusão e auxílio de pessoas das vizinhanças por redução de danos e o refúgio de catadores e carrinheiros sem teto. Mari mais de uma vez contou que acreditava firmemente no poder transformador da arte e da cultura. Supôs desde sempre e até hoje confia que a alteração da visualidade e da própria espacialidade dos acontecimentos da cidade com cores, texturas, informações seriam o suporte para uma revolução ética necessária. A força deste pensamento e postura estéticos é esmagador quando apreendido naquele contexto. Ouvir falar de força naquele mundo acabado é como ouvir a música mais bela entoada pelos instrumentos mais afinados.

Começou a aula, Fuão havia chegado. Eu realmente não sabia que ao aceitar aquele convite a reviravolta em minha vida seria completa. Mesmo sendo professor já bastante experiente posso dizer que minha real experiência docente começou naquele dia. Compreendi então a extensão e seu conceito de estar com a sociedade. Da academia aprender com a população de seu território. O papel transformador para professores e estudantes da estética popular. Presente nos lugares mais inusitados e esquecidos da cidade. Compreendi o verdadeiro papel das ocupações urbanas como principal atividade de impulsionamento da política habitacional brasileira. As ocupações e a Ksa como arquitetura da cidade.

O BURACO



O buraco.

“O furo é um etéreo elemento de transição. Estes buracos, passagens, acessos, portas e janelas fazem parte da constituição essencial da arquitetura, participam daquilo que é o fundamento do habitável, dos rudimentos arquetípicos da arquitetura. Espécie de reminiscência ancestral que viabiliza a circulação da vida.” (Lemos, Fuão e Zanatta, 2020, p. 3.)

“No buraco cabe o mundo, mas, cabe sem cabimento, porque ele é, ao mesmo tempo, “a” e “multi” dimensional. Universos inteiros passam por frestas. A abertura de um furo inaugura o desdobrar em cadeia de outros furos dentro de furos, dobras sobre dobras. Por eles nascemos, despertamos, desabrochamos para novas configurações, cenários e contextos. Ao perfurarmos, (re)produzimos o mundo, dobramos o espaço, abrimos o que era fechado ao mundo numa curvatura de acolhimento, uma invaginação”

“Na Ksa Rosa, a primeira parede perfurada e depois a segunda revelaram a si mesmas: tramas de varetas de madeira, barro e alguma palha (a taipa) que geravam a estrutura e produziam o pau a pique. Havia ali um campo de forças em estreito contato que mantinha a forma e definia espaços. Ela gera um campo de força de atração enquanto ferimento na parede. Ela denuncia, realça o abandono, mas simultaneamente reenvia a um ato de criação por autonomásia. Esburacar naquele momento foi um ato libertador, um atrevimento, um ato de sobrevivência.”

“Os dois buracos apontam para cotidianos nos quais o corpo pode mergulhar, terminar. As paredes em que se encontram, foram bombardeadas por décadas. Muros nervo-expostos que dão um depoimento agudo da história da Ksa. Os buracos são círculo perfeitos sobre todo um resto de paredes irregulares como feridas. São os furos do abandono, oferecem aos visitantes o sentido de incompletude do humano, como referido por Paulo Freire. Estas feridas que ficaram nas paredes gritam contra todas as convenções do que uma casa possa comportar, desacomodam o olhar.”



Parede interna Ksa Rosa.

REFERÊNCIAS

Lemos, J. C. F., Fuão, F. F., & Zanatta, C. V. (2020). Artefurar: ocupação ksa rosa. CONTEMPORÂNEA, 3(5), e8, 1–9. DOI: 10.5902/25955233445288

PARIR UM QUILOMBO

Lara Yelena Werner Yamaguchi, Heloísa Helena Oliveira de Oliveira,
Caio Monçalves, Simone Mainieri Paulon



“Cada dor tem um conto. Cada dor tem um filho, e cada filho tem uma história. É isso: lutas internas, lutas políticas, lutas comunitárias. Eu pari todos eles, e todos eles me pariram”.

O primeiro filho de Helô foi concebido de um estupro, aos 15 anos, após sua virgindade ter sido ‘vendida’ por sua madrastra, com a finalidade de evitar um despejo por falta de pagamento de aluguel. Sua mãe falecera quatro anos antes, de leucemia. “Neta de escravos, negra bonita com postura

nobre, (...) professora de cabeleireiro, perueira, manicure, maquiadora e não contente com tudo que lhe foi atribuído, também tocava violão e gaita”. Tinha um salão na rua Felipe Camarão, no Bonfim, um dos territórios negros de Porto Alegre hoje embranquecido (Vieira, 2021), e herdara uma casa de rezo de seus antepassados, conforme a tradição. Mas a perseguição aos cultos e costumes afro brasileiros acentuada ao longo das décadas com as teorias higienistas assentadas no imaginário popular, colocava o sustento da família em declínio e, para manter alguma inserção social, a mãe fechou a casa e o corpo dos seis filhos, cinco meninos e uma menina, Heloísa. Entrou para a igreja das Testemunhas de Jeová, morreu pouco tempo depois.

Não obstante a ‘venda’ não recebeu o combinado, e a família então mudou-se para Alvorada. A barriga denunciava a violência ignorada por todos os parentes, num crescente de mais violências dada a suposta ‘sem-vergonhice’ da adolescente. Um primo então decide casar-se com Helô a contragosto da mãe dele e, também, tia dela, para terminar com o falatório e gozar, literalmente, do que aquele casamento deveria prever em troca, e assim mais quatro filhos. “Foi uma escadinha, acho que assim tive os cinco: era só uma vez e ficava grávida, pelo menos eu tinha uma desculpa para não ser obrigada a fazer”. Se a gravidez protegia-lhe do sexo forçado, não a protegia da violência física: “sabe os olhos tristes que ela tem? fico pensando, foi a gravidez que eu mais apanhei”. Assim caíram os dentes. O sexto filho nasceu de um namoro depois da separação, muitos anos depois, e foi criado pelo avô, pai de Heloísa, e sua nova esposa. A madrasta, aquela que fez o arranjo da ‘venda’, pediu perdão no leito de morte, e a história se revelou. Heloísa, como a mãe: seis filhos, lindos, retintos.

A primeira ocupação foi no Castelinho, em Viamão, de onde decidiu sair após um assalto durante a noite, período em que o marido trabalhava, com tentativa de estupro de uma das filhas. Trocou a casa construída por outra na comunidade Cabo Rocha, em Porto Alegre, um quilombo sem reconhecimento formal por parte do Estado, na altura da Ilhota, do outro lado da avenida Ipiranga. Nessa comunidade criou filhos e netos “mais as crianças que sempre

vinham junto, brincando”, crescendo e demandando, até uma ação de despejo tramitar na justiça por uma suposta falta de pagamento de aluguel do imóvel de três peças construído sobre área pública, após mais de uma década de posse. Retirou-se do local visando o esvaziamento da denúncia e, ao mesmo tempo, garantindo a moradia às filhas e netos, indo residir no litoral. Ficaram as duas filhas, os netos e os pais das crianças. Uma das filhas foi despejada e mudou-se para a mesma rua. A casa era muito pequena e os conflitos, muito grandes.



“Eram os primeiros olhos que se enxergavam pelos vidros da janela de um dos seis sobrados abandonados havia quase 20 anos, na esquina das ruas Dezessete de Junho e Baronesa do Gravataí”.

Voltou para a capital a pedido da outra filha, à época, mãe de cinco. Lindos, retintos. Eram os primeiros olhos que se enxergavam pelos vidros da janela de um dos seis sobrados abandonados havia quase 20 anos, na esquina das ruas Dezessete de Junho e Baronesa do Gravataí. Construídos em 1926 para moradia das famílias dos oficiais de baixa patente da Brigada Militar, eram perfeitos:

casa com sala, banheiro, cozinha, dois ou três quartos, pátio com lavanderia e rua para as crianças brincarem. Árvores no quintal. Floresta. Algumas quadras adiante o Areal da Baronesa, primeiro quilombo urbano reconhecido da cidade. “Vem mãe, a gente precisa de você”. Quatro dos seis filhos mais oito netos, eram a metade da ocupação que habitava aquele conjunto arquitetônico após limpeza e recuperação das casas e áreas comuns. Um quilombo que emergiu na fissura do vazio urbano, no esquecimento e descaso das políticas públicas instituídas, da necessidade de moradia de uma comunidade negra formada por um núcleo familiar robusto e sua rede de afetos e solidariedade: “eu tentei organizar e reunir todo mundo, a família que estava de novo dispersa, cada um por um canto, e aí lá também a gente foi despejado”.

A ocupação Baronesa, como foi posteriormente chamada, existiu e resistiu durante o outono e o inverno de 2019, os últimos antes da pandemia de Covid-19. Sobreviver nos territórios abaixo do trópico de Capricórnio nas estações frias do ano já vinha, nos anos anteriores, caracterizando a demanda de moradia nas regiões centrais da cidade quando vimos, por exemplo, o surgimento da primeira ocupação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RS), a Aldeia Zumbi dos Palmares, despejada ao final de julho de 2018 (Canofre, 2018). Um ano antes, o violento despejo da ocupação Lanceiros Negros em uma das madrugadas mais frias do ano e às vésperas de um feriado prolongado, determinado assim pelo judiciário com a intenção de “não atrapalhar o trânsito” e em flagrante violação de direitos, expôs a seletiva atuação institucional do Estado quanto a quais direitos são assegurados de acordo com os sujeitos a que se referem. Embora a experiência da Lanceiros Negros tenha obrigado o poder público a atuar na direção da conciliação judicial dos conflitos possessórios coletivos mediante a aplicação dos direitos previstos na legislação processual civil desde 2015 (Alfonsin e Ávila, 2019), na prática isso significou apenas o constragimento do aparelho estatal quanto ao uso da violência sem, no entanto, extinguí-la. A impossibilidade da realização de despejos através da violência policial imediata não diminuiu a violência

dos despejos em si, efetivados após abordagens e supostamente tramitados os recursos burocráticos cabíveis. As máquinas de terrorismo estatal variam de forma, conforme o momento: luzes e sirenes de viaturas durante a noite, retroescavadeiras durante o dia. Os corpos tão furiosos quanto obedientes de trabalhadores cumprindo ordens de intimidar, ameaçar, recolher e humilhar em nome do Estado outros corpos, tão assustados quanto insurgentes de trabalhadores e trabalhadoras em estado de precarização e vulnerabilização da vida, para quem o próprio Estado não é senão uma ameaça. Corpos negros e mestiços, em relação hostil e opressora com outros corpos, negros, mestiços e indígenas a mando de corpos brancos e seus interesses atestam a colonialidade operando ainda vigorosa, por dentro da institucionalidade estatal.

A memória é uma ferida aberta que, por vezes, supura. Há que saber cuidá-la. Há que aprender a escutá-la.



“As máquinas de terrorismo estatal variam de forma, conforme o momento: luzes e sirenes de viaturas durante a noite, retroescavadeiras durante o dia”.

Gostaria muito que essa situação fosse mais viável para famílias em situação de rua, sem endereço, sem condições de acesso, saúde pública e sem ter, de direito, para onde voltar. O problema é muito maior e realmente grave. Falo de experiência de vida própria, pois é lamentável não ter para onde ir, viver um dia em cada lugar, ou em condições precárias impostas por um poder cruel e de alto escalão, do colarinho branco, de governantes corruptos e sem querer o melhor para os menos favorecidos em questão de qualidade digna da população, de sobrevivência. Mas enfim, me atendo a esse relato pois vivenciei essa experiência amarga de lutar por um espaço territorial de pertencimento raiz, onde meus antepassados viveram pois ali chegaram e construíram sua vida contando suas histórias, lutas, temores, limpando espaço, cuidando da terra e sem meios termos lhes foi tirado por um grupo de colonizadores que se intitulam donos da área e da vida das pessoas que ali viviam. Território quilombola alforriados e livre daqueles que se intitulam seus donos. [...] Não é fácil a luta, mas como o “não” já temos por isso resistimos... para poder contar nossas estórias de vida. (Caderno da Helô, 2023).



“Parece que tinha ficado tudo tão destruído, que eu ainda vivo esse momento”.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes; D'AVILA, Daniele Ferron. Reflexões sobre o direito à moradia a partir do caso Lanceiros Negros: da barbárie à concertação. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 45-60, nov. 2019.

VIEIRA, Daniele Machado. Territórios negros em Porto Alegre : RS (1800-1970) [livro eletrônico]: geografia histórica da presença negra no espaço urbano / Daniele Machado Vieira ; prefácio Adriana Dorfman. Belo Horizonte : Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2021.

CANOFRE, Fernanda. Depois de quatro meses, primeira ocupação da população de rua é despejada de terreno da Prefeitura. **Sul 21**, Porto Alegre, 24 jul. 2018. Disponível em <https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2018/07/depois-de-quatro-meses-primeira-ocupacao-da-populacao-de-rua-e-despejada-de-terreno-da-prefeitura/>

CARA DA RUA

Ana Laura Baldini Reis, Daniela Mendes Cidade, Diogo Vaz da Silva,
Guido Norberto Buch Ruschel, Luis Artur Costa

1. A rua

A rua.

Amada por muitos, temida por outros e odiada por alguns.

A rua figura muitas vezes enquanto metonímia da cidade em sua intempestividade de eventos múltiplos. Talvez seria melhor dizer que ela é a declinação ética da urbe, seu ideal de espaço democrático, de abertura ao encontro. Uma pesquisa que se dedica a compreender a cidade enquanto uma trama de agentes a modular e constituir processos de subjetivação, tem o desafio da infinitividade e infinitesimalidade do rizoma urbano. Talvez as cidades tenham como definição desde há muito exatamente essa característica: serem complexas (Stengers, 2022), heterogêneas, múltiplas, abigarradas (Cusicanqui, 2018). Neste encontro de infinitas e infinitesimais perspectivações do urbano, havíamos com certeza que convidar as pessoas que fazem das ruas sua morada para comporem, com seus saberes, nosso mosaico perspectivista das cidades. Afinal, a rua é um analisador múltiplo que, por si mesmo, tensiona e problematiza o que pode a cidade a cada momento e a cada movimento. E quem melhor para falar desta potente e complexa personagem “rua” do que aqueles que convivem e habitam intimamente com ela em seu dia a dia. Para tanto, fomos ao encontro de um coletivo de fotógrafos de rua, para com eles estabelecer uma parceria de pesquisa.

O Projeto de Extensão *A Cara da Rua*, em desenvolvimento desde 2015, busca promover novas tramas de articulação entre pessoas em situação de rua, a cidade e o restante da população por meio do exercício de

experimentações estéticas na prática da fotografia. A prática da fotografia na rua atua como jogo de deslocamento dos olhares da população em situação de rua sobre si e sua cidade, assim como, também, dos olhares do restante da população sobre quem vive na rua, promovendo um reconhecimento e apoio coletivo da atuação dxs artistas. O projeto é desenvolvido em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre – EPA, a qual atua como espaço para a educação de jovens e adultos, atendendo pessoas em vulnerabilidade social. Nos encontros do projeto se estabelece uma rede de compartilhamento de saberes, afetos e práticas entre estudantes da escola e universitários de diferentes áreas (Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Ciências Sociais, Artes Visuais, Jornalismo, Letras).

Passamos agora a contar para vocês um pouco dos trajetos que construímos juntos com as/os fotógrafas/os de rua para territorializar na pesquisa a multiplicidade urbana que eles traziam em seus s experiências.

2. Cartografias das afetações: mapas das cidades subjetivas

O que faz um mapa? E o que um mapa faz? Quem faz um mapa e para quem são feitos? Quem são as pessoas que estabelecem suas fronteiras, delineiam os biomas, ressaltam os relevos, desenham as cidades e rodovias? O que marcam as suas linhas nas pessoas que nestes espaços vivem e o que elas mesmas podem registrar nos mapas sobre suas próprias marcas? O que desenham e desdenham as linhas de um mapa sobre as vidas que acontecem nos territórios ali registrados? Mapas, junto das plantas e dos registros cartoriais, costumam ser instrumentos estabilizadores de relações de propriedade e poder, pacificando controvérsias. Grande parte das linhas ali inscritas estabelecem e reconhecem fronteiras nítidas, bem definidas acordadas apenas entre parte das partes interessadas. Podem ser as paredes que privatizam um campo

de acontecimentos interiores, pode ser uma cerca que dividiu uma herança entre dois irmãos, como também pode ser o curso de um rio que serviu de marco para dirimir um conflito durante guerras de invasão e conquista, como, por exemplo, o fatiamento de continentes inteiros durante os processos de colonização. As fronteiras que demarcam as nações são as cicatrizes vivas de conflitos que ainda sangram em nossos territórios. Os mapas, assim, em geral, são a produção de poucos para poucos, em um processo de rarefação-simplificação de perspectivas e homogeneização dos territórios desde uma norma provinciana que se quer universal.

“Como são feitos?” é uma questão relevante para investigarmos “o que pode um mapa?”.

Nossos mapas moderno-coloniais capitalísticos costumam objetivar espaços absolutos, os quais são contrapostos ao tempo absoluto, ou seja, dimensões newtonianas que estabelecem relações de abstração métricas as quais buscam traduzir tanto espaço, quanto tempo em formalizações numéricas independentes do campo de eventos singulares que lhes atravessam. Assim, os mapas deste tipo parecem sempre feitos pelo olho onisciente de deus, vendo das alturas, pretensamente um olhar sem corpo, uma perspectiva que nega sua própria posição universalizante. Essa dinâmica de abstração métrico-numérica faz todo sentido para aqueles aos quais o chão é uma espécie de *commodity* e interessa apenas por suas oscilações rentistas nas especulações financeirizadas do nosso mundo. Desde os primeiros invasores que ao se defrontarem com a frondosa mata atlântica vislumbraram imensos canaviais, passando por grileiros, latifundiários, empresários e investidores, que reduzem fauna e flora a passivos e/ou ativos financeiros, temos uma trama de variação a qual é invariavelmente regulada e regulamentada não apenas pelas cifras, mas também pelos mapas e suas representações passíveis de tradução numérica capitalizável. Metros quadrados, hectares, alqueires, acres, servem de medida inicial para a precificação que faz de um território singular algo intercambiável por um carro ou um conjunto de códigos criptomonetários. Construtoras e

imobiliárias fazem e utilizam mapas enquanto instrumentos com finalidades diversas, mas sempre, por fim, para picotar a urbanidade em privações monetizáveis por nós usualmente denominadas como “imóveis”. Mapas servem a bandeirantes coloniais e especuladores neoliberais para traduzir a singularidade dos solos em formalizações capitalizáveis, excluindo desta representação tudo e todos que não interessam aos interesses dos proprietários.

Mas e se os mapas das ruas da cidade fossem feitos não por geógrafos e urbanistas? E se os mapas fossem feitos para outros fins que não as delimitações de fronteiras filiativas de nações e propriedades privadas? Se as linhas dos mapas fossem tecidas por aqueles que conhecem as menores minúcias e meandros mais fugidios destes territórios? Certamente tais mapas não seriam mais feitos desde a perspectiva de quem flutua sobre o céu ao modo de um divino olho desencarnado que tudo vê. Tampouco seriam mapas centrados em metrificar geometricamente o espaço e coordenar posses. Talvez surgissem mapas marcados por encontros, afetações, cronotopias que trariam múltiplos acontecimentos concomitantes, de diferentes lugares e momentos em uma só trama. Dessa forma, um mapa pode ser a materialização de um imaginário ou ainda a imaginariação de um material afetivo, servindo assim de concreção de afetos, memórias e eventos únicos, perspectivados pelas experiências singulares de cada mundo particular e compartilhados, após a confecção, para traçarmos os trajetos a serem percorridos coletivamente - detalhes apagados pela sobrecodificação capitalística dos mapas convencionais. Brincar de cartógrafo é operar uma desobredescodificação; ou uma reterritorialização a partir de seu próprio campo afetivo-perceptivo. Foi com o objetivo de cartografar outros mapas da urbe que convidamos os/as fotógrafos/as de rua do projeto *A Cara da Rua* para que fizessem os seus próprios mapas das nossas cidades de modo a contarem os muitos encontros que tiveram com estas. Eles comporão, então, suas cartografias afetivas, ou seja, as expressões visuais (em linhas, cores, formas e palavras bidimensionais) da memória intensiva dos encontros com o urbano que transformaram o modo destes corpos afetarem e

serem afetados pelas cidades. A cidade afetiva (Guattari, 1992) reverberou no papel e na contação de histórias que acompanhava aquela atividade de modo a perspectivar parcialmente a complexa e singular urbanidade que cada um havia até ali constituído em suas trajetórias.

Os mapas produzidos desde os saberes, fazeres e sentires das pessoas que ocupam ou já ocuparam as ruas enquanto espaço de morada, produziram contornos não lineares, geometrias anexas, agenciamentos intempestivos, intensividades espaço-temporais e geografias rizomáticas. Fez-se nítido o espaço-tempo como acontecimento (Deleuze, 1975), servindo o plano bidimensional para o registro de narrativas que escapam aos metros quadrados.

3. Andanças fotográficas a partir dos mapas afetivos

Para que(m) serve uma foto? Que produção de conhecimento afirma e o que tal conhecimento, por sua vez, produz? O que(m) legitima alguém enquanto fotógrafo e/ou artista? As fotografias dxs participantes do *A Cara da Rua* não possuem caráter jornalístico ou policial, já que não procuram a produção de ilustrações, documentações e evidências. Pelo contrário, tais imagens parecem constantemente se desprender de um referente direto, abandonando uma retórica realista que pretende representar um objeto. As fotografias são fotos-ensaio (Fatorelli, 2003) que perspectivam afirmações analítico-estéticas sobre o urbano, dando corpo a outra urbe em uma discursividade imagética que estabelece uma crítica e reinvenção da cidade na qual vivemos. Assim, as fotos do projeto não servem para fazerem odes líricas à cidade monumental instituída, mas sim para fazer ver as múltiplas cidades “invisíveis” que lhe habitam.



“A Cara da Rua: Itinerários urbanos, fotogramas do vídeo, 2018.”

As fotos-ensaios destes fotógrafos da rua nos permitem deslocar o regime de visibilidade urbano moderno-colonial para fazer ver e deslocar tais formas de construir o viver juntos de nossas tão violentas cidades. Apostamos, então, na possibilidade de que as análises efetuadas pelos fotos-ensaios da população de rua funcionem como intervenção clínico-política de problematização sobre as formas como temos erigido as fronteiras de nossos cotidianos urbanos. As fotografias são aqui a constituição de um discurso analítico e poético da população de rua a partir de uma expressividade imagética que tensiona e desloca nossos regimes de visibilidade em um exercício de desassossego: os corpos (em sua intimidade com as ruas subvertendo as normas da cidade moderno-colonial) portando máquinas fotográficas e o gesto fotográfico agenciando cidade, máquina e corpo constituem a possibilidade de dispersão e contágio-escuta deste trauma constituinte de nossas formas moderno-coloniais de ser e habitar, retirando-nos do estado de negação pela naturalização destas muitas violências que sustentam as fronteiras entre o público e o privado em nossas cidades. Nossa texto busca se articular com o discurso imágético das fotos-ensaios para desdobrar e ressoar muitas das suas potências clínico-políticas. Costa et al, 2021, p.3.



“A Cara da Rua: Itinerários urbanos, fotogramas do vídeo, 2018.”

A partir das cartografias afetivas das cidades subjetivas cerzidas pelos participantes do *A Cara da Rua*, foram escolhidos alguns territórios da cidade presentes nos mapas de cada um dos participantes para definir trajetos comuns a serem partilhados pelos/as fotógrafos/as de rua. As andanças por tais regiões de Porto Alegre possibilitaram a exploração geográfico-mnemônica daqueles territórios e a experimentação da perspectivação de tais experiências em fotografias. A linha de variação disparada pelo desenho dos mapas das cidades subjetivas encontrava agora com uma nova experimentação por ela disparada-variada: os ensaios fotográficos elaborados nos territórios antes cartografados, como uma dobraria intensiva o mapa se dobrava sobre as fotos em uma nova narrativa imagética sobre os encontros e acompanhamentos dos fluxos urbanos por parte dos/as fotógrafos/as do *A Cara da Rua*, permitindo uma complexificação e singularização das operações analítico-estéticas efetuadas pelos participantes do projeto sobre suas cidades.



“A Cara da Rua: Itinerários urbanos, fotogramas do vídeo, 2018.”

4. Usos da imagem e partilha na seleção das fotografias

Onde podemos imprimir as narrativas poéticas da população de rua? Qual o fio condutor para o recorte da diversidade imagética obtida no final de cada andança? O dispositivo coletivo de curadoria visando a confecção de cartões postais como fonte de renda era já utilizado pelo projeto *A Cara da Rua* no processo de seleção de fotografias: o grupo todo sentado em um

semicírculo ficava a estudar a projeção de cada foto em uma tela para delimitar quais seriam aquelas que viriam a ganhar uma versão impressa para ser posteriormente vendida nas ruas ou participar de exposições. No decorrer dos debates muitas dimensões emergiam e se agenciavam no processo de seleção operado pelo dispositivo coletivo de curadoria: potências estéticas e recursos fotográficos já estudados pelos/as participantes, possibilidades e habilidades para a venda dos postais, relações afetivas, debates formais ou ético-políticos, partilhas sobre a experiência de ter realizado o registro fotográfico. Ainda, o momento oportunizava a escolha de itinerários afetivos futuros a serem percorridos pelo grupo.



“A Cara da Rua: Itinerários urbanos, fotogramas do vídeo, 2018.”



RETRATAR



Reflexos

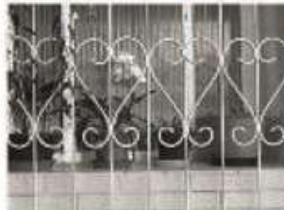
Nós somos o que refletimos

REFLETIR, RETRATAR

Sem o espelho a gente não pode olhar
Só olhar de espelho pode ver as pessoas
O espelho não vê gente
Mas a gente vê o espelho
O espelho no qual você se espelha
O futuro que anda só
Qual é o lado da vida que a gente não sabe?



ATRAVESSAR, ENTRAR



Entre nós e nós mesmos
Em uma hora derrubamos uma vida
A linha da vida é tênue
A carreira de um poeta



ANULAR, SALTAR,
SEGUIR





**DELIRAR, DESCONTEXTUALIZAR
MONTAR**

E agora?
Que bom seria que se tornaria
viver de novo esse lindo dia

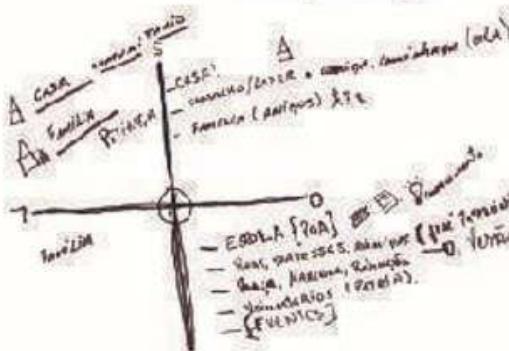


Pixar, Extrair

Na poesia entram todos os tempos

EXPERIMENTAR, TATEAR

O tempo está maravilhoso!
E o temporal chegará!



Apreciando o céu anil
Com o mesmo olhar

**HORÍZONTE,
PERSPECTIVA**



**MUDAR, AGREDIR,
PERSEGUIR**

A Cara da Rua: Itinerários Urbanos, mosaico, 2019.

5. O mosaico como re-montagem e extração de operadores estético-conceituais

Cada fotógrafo perspectiva uma diversidade de cidades por meio das imagens produzidas. Podemos perceber tramas de sentidos que se costuram no interior da linguagem de cada artista: Diogo em seus contrasmergulhos de encontro ao sol ou em horizontes abertos; Eduardo em suas justaposições e sobreposições a tensionar problematizações críticas por imagens oníricas; Marcos e suas experimentações a fazer da máquina um olhar impossível que (des)constrói realidades; Maria Paula e a visibilização do doméstico enquanto algo ao mesmo tempo tão próximo e distante; Sandro dando corpo às linhas da aceleração urbana. Ao mesmo tempo podemos acompanhar algumas linhas que tecem um complexo compartilhamento de operações a sugerirem planos comuns: a força da presença das grades, a onírica problematização política do que vemos, a intimidade singular com o chão da cidade, o jogo das sombras e a onipresença do contra-mergulho no céu visto como abismo aberto.

Para sair das leituras das tramas ensejadas pelos nomes próprios e fazer ver as linhas transversais, tomamos os discursos fotográficos enquanto território do brincar: montamos e remontamos as fotos em mosaicos sobre as paredes da biblioteca do Instituto de Psicologia e com a linha traçamos as relações entre elas criando uma trama de acontecimentos. No jogo montagem, desmontagem e remontagem as imagens se justapõem e ganham novos sentidos num trabalho quase infinito de conexões. Como uma pausa entre o silêncio das imagens, demos nomes a tais operações de conexões por meio de verbos infinitivos: gradear, solear, delirar, pixar, refletir, atravessar, horizontar, miudiar, assentar, ampliar, entre outros.

6. Outras operações a partir de andar por aí

Ao longo do processo da pesquisa o *A Cara da Rua*, um projeto de extensão, teve o seu percurso atravessado por outros projetos, de extensão e de residência artística. Desses encontros resultou o convidado para compor a exposição *De andar por aí!*. O convite ao Projeto de Extensão se apoiou no reconhecimento da produção fotográfica dos participantes, que seguiram suas criações através da interlocução com o laboratório de cerâmica da Escola Porto Alegre. O *A Cara da Rua* apresentou três trabalhos em três formatos: vídeo sobre o projeto, mosaico fotográfico e painel em fotocerâmica. Os três trabalhos de alguma forma contam o processo do grupo desde as andanças fotográficas, passando pela imagem impressa, e a experiência da revelação da imagem sobre o suporte cerâmico.

Com as curadorias sendo realizadas no dispositivo coletivo de seleção das imagens, cada participante escolheu fotografias a serem reveladas em cerâmicas no formato 15x15cm. As imagens obtidas nas vias das cartografias afetivas foram projetadas em suportes cobertos com material fotossensível. Dessa forma, a experiência passou por outro processo, similar ao das pranchas de contato, onde a luz produz uma imagem em negativo que se revela em positivo com a sobreposição de pigmentos cerâmicos. Assim, surgem outras operações e significações ao se impregnar de linguagens tramadas e sentidas por cada artista num novo procedimento.

Assim como a curadoria de imagens realizadas pelo *A Cara da Rua*, a montagem da exposição também aconteceu coletivamente. Em um processo de operação e conexão com dispositivos que surgiram no próprio encontro, o momento museográfico estendeu a metodologia própria do grupo àquele espaço de paredes brancas. Entre a tarde em que utilizamos para a montagem do painel em fotocerâmica e a manhã seguinte, a fita que colava as cerâmicas na parede cedeu, caindo e quebrando diversas das peças. Houve, então, uma

remontagem, uma ação de rejuntar os pedaços das cerâmicas, reencontrar as referências das imagens e grudar, agrupar outra vez os cacos e retomar as imagens. Neste processo, encontramos outros verbos às operações e dispositivos de conexões.

7. Escutas e narrativas entre espaços e encontros

O processo cartográfico se desdobra em múltiplos caminhares a comporem diferentes formatos, suportes e espaços. O movimento que caracteriza o andar pelas ruas e o gesto fotográfico operam ações e performances que colocam os/as fotógrafos/as da rua em situações que rompem limites, tensionando e problematizando a rua de dentro do fora para fora do dentro, do saber das ruas para o da instituição universitária e, desta, para o saber das ruas, anuveando suas fronteiras duras em zonas de experimentação. Na inserção do *A Cara da Rua* no fazer museográfico, propusemos a Oficina de Escutas e Narrativas que iniciou durante a montagem do terceiro trabalho do grupo para a exposição *De andar por aí!* Simultaneamente ao processo de montagem de uma exposição - com mosaico fotográfico realizado pelos próprios/as autores - iniciou-se também o processo de uma narrativa para compor uma série de postais com imagem e poema, que finalizou em outro momento na escola EPA.

Na Pinacoteca do Instituto de Artes, o momento “escuta” da oficina iniciou com os alunos da EPA, fotógrafos da rua em uma ação silenciosa de escolha de imagens sem identificação de autores. Individualmente começaram a criar fotomontagens com a seleção de cada um/uma. Sem combinação prévia, cada um/uma reuniu imagens que continham elementos que se aproximavam pelo tipo de espaço apresentado - cenas de ruas com seus transeuntes e detalhes de piso, perspectivas com detalhes de mobiliário urbano, sombras e detalhes de vegetação, mas também por aproximações abstratas. A ligação e

continuidade entre as imagens se dava por linhas, cores, tipo tratamento dos planos horizontais e verticais ou vazios. A ligação entre as imagens se dá no espaço de encontro e entre cada fotograma. A cidade ao se apresentar por fragmentos abre possibilidades de deslocamentos e encontros.

Os encontros em cada montagem não apresentavam uma lógica espacial e remontam à fotografia o mesmo sentido da cartografia: a composição de afetações e percepções possíveis (Deleuze; Guattari, 1992). A sequência espacial se dá de forma desconexa para quem busca a representação cartesiana e suas pretensas coordenadas, porém com sentido e pertencimento possíveis para quem vivencia a rua pelo avesso da casa burguesa, na contramão da regulação hegemônica dos modos da colonialidade urbana (Sodré, 2019). Para finalizar a montagem da exposição, coletivamente o grupo tratou como fragmento cada fotomontagem para ocupar o espaço da parede branca formando um novo mosaico. A remontagem dá continuidade ao processo levando do chão para a parede cada fotomontagem que adquire um novo significado no reencontro com o outro e com as imagens.

A Oficina de Escutas e Narrativas finaliza no espaço da escola. Naquele galpão, escuro como uma câmara clara, as imagens aparecem sem corpo por meio de projeção onde cada pessoa presente se deixa afetar pela fotografia. A cada aparição de uma imagem palavras e frases iam sendo pronunciadas por diferentes vozes. Mais uma vez o coletivo se forma no fazer poesia como linha indomável de fuga pela variação, diante da foto do reflexo do céu em uma poça d'água emerge um poema: “O espelho da vida; Um passo em falso e o cara cai no céu; O começo da vida é o sonho da escuridão; Até as trevas tem uma chance”. São fragmentos de narrativas, memórias, especulações de futuros. Os poemas são feitos desde um brincar com a experiência disparada pelas fotos em lembranças de um passado e de uma experiência recente, de um estar no mundo que não se repete como imagem, mas que revive o momento poético da fotografia como uma imagem, e que revive o momento poético da fotografia como um jeito próprio de dizer rua.



“A Cara da Rua: Itinerários urbanos, fotogramas do vídeo, 2018.”

REFERÊNCIAS

- Costa, L. A., Cidade, D. M., Paulon, S. M., Romanini, M., Junior, D. V. da S., & Ruschel, G. N. B. (2021). A intimidade das ruas: Fotografia e fronteiras do trauma urbano. *Porto Arte: Revista de Artes Visuais*, 26(45). <https://doi.org/10.22456/2179-8001.108824>
- Cusicanqui, S. R. (2018). Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Deleuze, G. (1975). Lógica do sentido. São Paulo: Perspectiva.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). O que é a filosofia? São Paulo: Editora 34.
- Fatorelli, A. (2003). Fotografia e viagem. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Guattari, F. (1992). Caosmose: Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34.
- Sodré, M. (2019). O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Stengers, I. (2022). Reinventar a cidade? A escolha da complexidade (C. C. A. Mello & V. M. L. Ribeiro, Trads.). Redobra, 7(16), 17–27.

PÓLIS E PEDAL: O TRÂNSITO ENQUANTO ANALISADOR DA URBE

Diogo Vaz da Silva, Guido Norberto Buch Ruschel,
Guilherme Flach, Luisa H. C. Silveira, Luis Artur Costa

Transitar, verbo intransitivo e muitas vezes intransigente em nossas tramas urbanas sempre aceleradas e apinhadas de gente. Aliás, se por um lado a cidade não é apenas o trânsito, por outro lado certamente o trânsito é a cidade, inclusive no que lhe ultrapassa em rodovias cortando a superfície terrestre em uma rede de deslocamentos, transportes, encontros, pressa, mercadoria e capital. Talvez o trânsito, ao modo do barco e do cemitério, seja uma espécie de heterotopia que nos permite perceber algumas dinâmicas da urbe para as quais estamos muitas vezes insensibilizados nos cotidianos. Assim, a trama pulsante do trânsito seria um potente analisador para fazer ver nossas cidades e, assim, nossas vidas mesmas, em seus complexos agenciamentos sociotécnicos moderno-coloniais capitalísticos.

Entendemos o trânsito como território com seus ritos e ritmos próprios (como toda territorialidade), jamais homogêneos ou estáveis, mas sempre tomado por processos de contágio e controle que permitem o perdurar de certas ritmicas, de certas lógicas e modos de existir. Se nosso dia a dia passa pelo trânsito, o trânsito passa também pelo nosso dia a dia e, assim, vamos nos constituindo mutuamente: narramos o trânsito em nossas ações e agenciamentos sociotécnicos assim como o trânsito nos narra em suas ações e agenciamentos sociotécnicos. Acompanhamos no trânsito enquanto trama de circulações diversas a composição dos modos de existência e de disputa pelo direito à cidade, conjunto de articulação de atores-rede de extrema relevância para as operações da máquina-cidade na constituição de cotidianos urbanos. A hegemonia “carrocrática” de organização da cidade e os movimentos de

resistência voltados para mobilidade ativa e transporte coletivo são, assim, apenas uma das muitas dimensões acompanhadas pelo nosso cartografar: ecossistemas afetivos, relações de alteridade, dimensões de ideais de eu e sociedade, lógicas capitalizantes, competitivas, de inimizade e a aceleração dos fluxos e privatização dos pontos, tudo isso e muito mais transita por nossas ruas, calçadas, estradas e rodovias.

Para promover estranhamento no nosso próprio território do trânsito, demos início à construção do campo de pesquisa a partir de uma reunião com uma Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta, a Mobicidade. A associação voluntária de cicloativistas foi criada em Porto Alegre em 2012 para facilitar a interação dos interesses coletivos de ativistas com outras instituições e instâncias governamentais. Essa aproximação do grupo de pesquisadorxs tinha o intuito de conhecer os debates que circulavam entre cicloativistas em Porto Alegre e pensar intervenções possíveis para a pesquisa, a partir do contato com o campo. Esse contato inicial do cartografar por meio de um movimento social foi certamente muito relevante para as direções éticas que assumimos a partir dali.

Para que pudéssemos nos agenciar às múltiplas experiências cotidianas dos ciclistas urbanos no trânsito, iniciamos uma busca por pessoas (não necessariamente integrantes de coletivos) que usassem a bicicleta como meio de transporte para compor um grupo de trocas e intervenções. Essa busca se deu a partir de contatos próximos dxs próprios pesquisadorxs - amigos, conhecidos -, os quais forneceram novos contatos, em um procedimento de formação de uma trama semelhante ao do método bola de neve de amostragem (snowball sampling). Dessa forma, como segunda estratégia metodológica, formamos um grupo de sete ciclistas (3 mulheres e 4 homens) que aceitaram o convite para fazer parte das atividades de pesquisa. Desses, 5 (3 mulheres e 2 homens) participaram de um primeiro encontro presencial e 3 (2 mulheres e 1 homem) participaram de um segundo encontro. Neste primeiro encontro, erigimos uma roda de conversa pela qual pudemos compartilhar experiências

diversas acerca do pedalar nas ruas dividindo espaço com veículos automotores variados e pedestres. Ao final do encontro, entregamos um pequeno caderno para cada participante convidando-xs a retornarem no segundo encontro com ele preenchido. Era o início da nossa terceira estratégia metodológica: os Diários de Bicicleta. Solicitamos que nos devolvessem as cadernetas preenchidas com relatos e reflexões acerca da sua circulação cotidiana. Convidamos também que xs ciclistas fizessem registros visuais e audiovisuais a partir dos seus trajetos. Nossa convite era para que assumissem o papel de pesquisadores dos seus próprios territórios, constituindo um espaço diarístico pelo qual pudessem ao mesmo tempo estabelecer um registro, uma memória e um campo de reflexões acerca de suas experiências no trânsito. Assim, emergiram na pesquisa os ciclistas-pesquisadores dos quais recebemos três Diários de Bicicletas com suas reflexões e algumas fotografias perspectivando o trânsito desde sua experiência política do pedalar.

Mas se o convite para os ciclistas se tornarem pesquisadores era necessário, ainda nos parecia insuficiente e, assim, iniciamos a construção de uma nova estratégia de construção do nosso território do pesquisar: os pesquisadores-ciclistas, a potencializar a imanência entre pesquisa e vida, buscando acontecimentalizar nossos regimes de pensar, ver, ouvir, sentir, falar, fazer o urbano e nossas próprias vidas desde a política do pedal na pólis. Tratava-se não apenas de fazer das nossas vidas territórios de pesquisa e vice-versa, mas também de iniciar uma intensa experimentação tomando nossos próprios cotidianos enquanto plano a ser reinventado: apenas duas pessoas do grupo já pedalavam em seu cotidiano, outras três não tinham esse hábito, eram caminhantes, motoristas, passageirxs, mas não ciclistas, experienciado outras perspectivações do trânsito desde outros acoplamentos sociotécnicos com a cidade. Duas destas pessoas passaram a pedalar em seus trajetos cotidianos, inicialmente com bicicletas compartilhadas de aluguel e, posteriormente, já com suas próprias bicicletas e assumindo o pedalar enquanto parte de novas territorialidades de suas vidas.

Gravações das rodas de conversa, os registros fotográficos e escritos dos ciclistas-pesquisadores nos Diários de Bicicleta, assim como as experiências cotidianas dos pesquisadores-ciclistas em suas novas experimentações urbanas de vida, passaram a ser semanalmente debatidas no grupo, constituindo a emergência de um dispositivo coletivo de análise a partir do qual se complexificava e ampliava não linearmente a trama do pesquisar. Dentre as produções analíticas do grupo, escolhemos uma para compartilhar neste livro: escrevemos um pequeno conto ficcional pelo qual e no qual efetuamos uma série de problematizações articulando diferentes experiências, perspectivas e reflexões produzidas no dispositivo coletivo de análise e na/pela própria obra ficcional e seu tensionamento da experiência possível. A partir das problemáticas e conflitos do trânsito que emergiram no campo de pesquisa, começamos a brincar com soluções hiperbólicas que somente a ficção poderia proporcionar: assim foi sendo criado o cenário distópico e surrealista imaginado pelxs pesquisadorxs, que provoca a pensar o trânsito enquanto analisador da urbe e das relações entre os sujeitos. O ponto de partida: a comunicação. Sinais indignados, abanos amigáveis, gritos desaforados ou familiares e ainda buzinadas, ora vistas como afronta, ora como pedido de cuidado aos transeuntes, ciclistas e motoristas, denunciaram os múltiplos afetos do transitar.

Os nós do trânsito.

“O segredo é melhorar a comunicação entre eles!” Vaticinou o senhor sério, com trejeitos nervosos e expressões tão espevitadas quanto sua elétrica barba branca saída de um quadrinho de Robert Crumb. Falava das ruas da cidade, tomadas por armaduras blindadas que não impediam apenas a entrada de balas e meliantes, mas também a leitura das mentes que guiavam os veículos automotores ao mesmo tempo que eram por eles guiados. Há que se incrementar a complexidade de interações, vencer as couraças estabelecidas pelas invisibilidades somadas: vidros fumês que incrementaram a escuridão dos antigos insufilms; chapas metálicas reforçadas para suportarem rajadas de

AR15 que diminuiram muito as antigas aberturas (janelas, parabrisas e teto solares eram agora pequenos buracos para quando do mal funcionamento das câmeras de monitoramento externo que projetavam imagens da rua no espaço onde antes estavam os vidros). “Foi por essa supressão das vias comunicantes, as quais permitiam a dissolução gradual das agressividades citadinas, que hoje vemos uma verdadeira batalha campal em plena via urbana! Temos que retroceder, admitir equívocos e retomar o sonho da convivência perdida. Retomar o estender de um braço com polegar em riste pedindo licença pelo vão deixado por um vidro baixado!”.

O cientista retomava antigas pesquisas nas quais se alegava que a comunicação em situações de precariedade pode inclusive reverter processos de despersonalização do outro em lógicas polarizadas de ódio e raiva. Citou o experimento da Caverna dos Ladrões de Mustafa Sherif, no qual o psicólogo social levou um grupo de jovens para acampar em um parque nacional, os separou em dois grupos e ensinou-os a odiarem intensamente um ao outro. “O ódio e o medo, duas faces de uma mesma moeda medódio, são os afetos mais contagiosos do meio social, ele comprovou isso!”. O cientista afirmava esta conclusão em um misto de animação e animosidade, com a tez avermelhada pelo sangue que retumbava nas veias pressurizadas pela intensidade da fala que dispergia gotículas de saliva visíveis sobre os holofotes que o iluminavam. Logo baixou os olhos, respirou fundo e retomou com um tom mais suave, mas não menos grave em suas conclusões: “Por fim, passados seus dias de acampamento aprendendo a odiar os antigos amigos, Mustafa Sherif juntou os dois grupos em uma gincana na qual competiram um com o outro. A despersonalização do outro e a autoidentificação com o próprio grupo foi tamanha que os jovens se digladiavam nas competições com uma intensidade atemorizante”.

Ao dizer estas palavras o cientista fez um breve silêncio ao revirar os lábios para dentro da boca como quem prova algo amargo. Após um pigarro seco, molhou os lábios com a língua, fez um estalo com a boca e seguiu com a

mesma calma firme daqueles que já sabem há muito o desfecho agora revelado: “Iniciava-se a última fase do experimento na qual se colocava o desafio de desfazer tal cisão produzida entre os dois grupos”. Silêncio. O cientista dá uma longa mirada na plateia e nas câmeras saboreando a expectativa. Mastiga os lábios, tosse mais uma vez e segue. “Mustafá criou situações nas quais eles foram levados a cooperar para superar adversidades: desatolar um ônibus, por exemplo”. Novo silêncio em meio a um raro sorriso que permitia ver os dentes de um amarelo âmbar irregular. Um arrepió percorria a plateia ao não saber se o cientista ria do desfecho porvir ou do sofrimento a que foram submetidas as crianças naquele experimento. Fechou a boca algo encabulado por ter-se dado um momento de regozijo em meio à seriedade de sua comunicação e terminou rápido a longa digressão: “E aqueles jovens que se odiavam há alguns minutos passaram a crescentemente colaborar: a precariedade produz colaboração foi a conclusão!”

“Muitos utilizaram tal tese para explicar os modos de criar crianças e produzir assistência comunitária em regiões periféricas aqui na América Latina. No trânsito, o pesquisador Hans Monderman experimentou certa feita retirar todas as sinalizações do cruzamento no qual ocorriam mais acidentes na cidade de Drachten, na Holanda. Qual o resultado? Zero acidentes, pois com a precariedade sínica de indicações, todos foram obrigados a prestar atenção uns nos outros e colaborar para evitar acidentes. Tal iniciativa foi experimentada no século XXI em cidades na Inglaterra, Alemanha, Holanda, entre outros países, sempre com sucesso. É baseado nesta tradição que nosso governo apresenta esta nova proposta de reestruturação do trânsito para evitar tantas mortes, brigas, danos materiais e outros prejuízos decorrentes da verdadeira batalha campal por espaço e velocidade que se tornou nosso trânsito pós-temporâneo”. Uma chuva de aplausos ensurdeceu-nos para as palavras seguintes ditas pelo cientista. Impaciente com a interrupção, franziu o cenho e aguardou aquela balbúrdia diminuir para seguir com sua fala que teria, certamente, um lugar na história do urbanismo e das ciências do trânsito. Quando a enxurrada

tornou-se uma garoa rarefeita o cientista se ergueu apoiando hesitante sua figura franzina com as mãos espalmadas no balcão na sua frente. Ficou tão ereto quanto pode em sua já avançada idade e, levemente curvado pelas costas doídas, fez finalmente o tão esperado anúncio que revolucionaria as ciências do trânsito. “Nossa equipe de engenheiros e psicólogos do trânsito em conjunto com urbanistas e linguistas das mais renomadas universidades do nosso país juntaram esforços com nosso governos para desenvolver o dispositivo que irá permitir a retomada da comunicação no trânsito. Evidentemente não haveria como tornar os carros mais frágeis, precários e vagarosos, exigindo, pela precariedade cooperação. No entanto, focamos no outro ponto: como, a partir da situação atual, melhorar a comunicação entre os diferentes atores do trânsito? E, assim, tenho orgulho de lhes apresentar o ‘i-com’!”.

O dedo enrugado pelo tempo tocou firme o botão diante de si e uma imagem holográfica formou-se diante do cientista. “Em um modelo beta, pensamos a projeção de palavras e pequenas frases em diversos pontos do automóvel, teto, portas, parabrisas dianteiro e traseiro. A ideia era que com tais recursos semânticos verbais os motoristas pudessem estabelecer cooperações mais complexas do que as hoje possíveis. Mas nos primeiros testes logo percebemos que o tempo de processamento cognitivo da linguagem verbal era demasiado longo diante da exigência de decisões rápidas existentes no trânsito. Assim, optamos por uma outra versão de teste utilizando imagens ao invés de palavras, baseados nos estudos da linguística que desde a década de 10 dos anos 2000 investiga a capacidade comunicativa de emojis e outros ícones ou símbolos visuais. Para tanto, alugamos o direito de uso da iconografia presente nos mobiles da waiapple e selecionamos entre estes três dezenas que poderiam ser muito úteis no incremento da colaboração e cooperação entre os condutores dos veículos automotores”.

A plateia se unia em um murmúrio uníssono diante da sucessão de imagens holográficas. Em alguns segundos o país inteiro comentava a proposta da empresa governamental de trânsito e no dia seguinte ela repercutia em

diferentes plataformas internacionais de notícias. Foi dado um prazo de quatro meses para que todos os veículos colocassem o dispositivo. Por conta de seus proprietários. A empresa de gestão do trânsito alegava que cabia aos entes privados adequarem-se à nova regulamentação. Logo na primeira semana os primeiros carros com o dispositivo se tornavam alvos de olhares, comentários e dedos em riste apontando a novidade. Os mais entusiastas e os muito neuróticos diante da lei, correram às lojas para aderirem ao gadget.

Com o passar dos meses, as ruas começaram a parecer um cassino. Qualquer avenida engarrafada remetia a Las Vegas e sua arquitetura informacional do excesso. Não demoraram a acontecer os primeiros acidentes em decorrência de desvios na atenção dos condutores em decorrência do cuidado com os emojis holográficos. Um verdadeiro surto de colisões tomou conta do trânsito, fazendo frente à onda de acidentes quando do início da mania do texting nos antigos smartphones. As plataformas de notícia estavam plenas de incidentes decorrentes de uma olhada para um emoji ou uma risada diante de outro, da fúria diante de um mais agressivo e por aí vai.

As seguradoras elevaram as mensalidades dos seguros em 50% e a taxa de franquia em 100%. Tornou-se comum a circulação de carros com a lataria muito arranhada ou até mesmo bastante amassada. O consumo de veículos zero quilômetro caiu vertiginosamente, posto que perdiam 48% do valor com o primeiro registro de colisão. Os condutores adquiriam pacotes de i-coms piratas, com xingamentos, figurinhas pornográficas e outras imagens que fizeram das ruas um espaço inapropriado para menores de idade. As igrejas uniram-se em campanhas contra o novo dispositivo e obtiveram sucesso, por fim, ao influenciarem o congresso e senado a votarem pela proibição do i-com. As ruas voltaram as suas batalhas cinzas adornadas apenas por buzinas e sinais de luz.

O cientista de trânsito retorna ao seu púlpito diante de influencers e newscasters. Desta vez a platéia está mais risonha. Alguns comentários sarcásticos podem ser ouvidos volta e meia seguidos de altas gargalhadas enquanto o homem grisalho de aspecto ainda mais cansado se acomoda na cadeira diante

da grande mesa de conferências. Duas batidinhas leves no microfone para conferir sua energização, um pigarro executado mais por mania do que por necessidade e o cientista inicia sua fala com uma voz mais trêmula do que daquela feita quando do anúncio do i-com.

“Caros compatriotas, estou aqui em nome de toda a equipe do Departamento de Trânsito para pedir desculpas pelos nossos erros passados e mirar mais uma vez na direção do futuro. Compreendemos que a escolha de uma linguagem imagética foi nosso grande equívoco, pois produzimos uma sobrecarga cognitiva para os condutores. Nossa aposta no incremento da comunicação e da cooperação, por outro lado, persiste viva em nós e, por isso, venho hoje em nome de toda a grande equipe do Ministério anunciar nossa nova aposta para solucionar os crescentes casos de violência no trânsito. O uso da imagem no i-com foi decorrente da busca de uma linguagem de rápido processamento cognitivo em consonância com a temporalidade necessária para as tomadas de decisão no trânsito de nossas cidades. No entanto, o conflito atencional entre a miríade de emojis holográficos e o monitoramento visual do entorno ao automóvel produziram uma série de acidentes os quais, por sua vez, levaram a uma onda de agressividade com o uso de emojis pornográficos produzidos por terroristas virtuais. Retomamos o planejamento do dispositivo e nossos linguistas apresentaram uma nova possibilidade de meio expressivo de afetação-comunicação imediata ainda mais rápido que a linguagem verbal”. Um breve silêncio seguiu a última palavra do cientista. As luzes diminuíram e a sala foi mergulhada em um breu completo. O som de cantos de pássaros começou a ressonar pela sala em diferentes pontos, provocando risos e curiosidade. Um feixe de luz atravessou o salão de conferências incidindo na parede logo atrás do cientista. Inicialmente projetando uma tela preta, sem cores ou formas, na qual pouco a pouco foi definindo-se uma cena campestre com diversas aves coabitando uma mesma árvore em uma sinfonia de gorjeios. Uma voz feminina suave e rouca inicia uma narração na qual explica que os neurolinguistas e etologistas há muitas décadas investigam as

relações evolutivas entre a linguagem humana e o cantar dos pássaros e baleias. “Muitas aves aprendem seu cantar com seus progenitores e sonham com o próprio canto em um processo onírico de treinamento e elaboração similar ao que ocorre em humanos segundo pesquisas de escaneamento da atividade neuronal. Bebês humanos, por sua vez, compreendem o sentido dos tons de voz muito antes da semântica das palavras” sussurra a voz provocando um leve torpor na plateia. “O cantar dos pássaros constitui territórios sonoros nos quais eles produzem delimitações, marcos de referência, mensagens de seus estados afetivos e apetite sexual. Os estudos de terolinguística avançaram muito nas últimas décadas. O som marca o espaço com linhas que delimitam o campo de possibilidades de comportamento de uns com relação aos outros, permitindo o convívio harmônico de diversos bandos e espécies em uma mesma árvore ou mata”. A narradora e as imagens guiam os espectadores pelo mundo dos pássaros com esquemas gráficos que tornam os cantos imagem e movimento demarcando ritmicamente com linhas e palavras em dança no entorno das aves. Murmúrios de estorninhos desenham nuvens em movimento fluido no céu. Em um movimento de fade-in/ fade-out as aves se tornam carros ao mesmo tempo que a narradora, agora em tom de quem vaticina um juízo certeiro, anuncia: “conheçam o ‘Urb Symphonie’! Dispositivo que será o maestro do trânsito e transformará nossas ruas em verdadeiras orquestras sinfônicas”.

A simples troca do estímulo visual por um auditivo parece ter iludido a mente dos especialistas como uma nova e inviolável estratégia de comunicação do trânsito. O que na proposição inicial eram sons padronizados, ditos harmônicos e suaves sinalizando os movimentos e ritmos do trânsito (ainda que, quando em uso conjunto, de harmonia duvidosa), passaram a ser uma miríade de sons ensurdecedores e conflitantes, temperados pela subversiva criatividade humana. Não demorou muito tempo para que as taxas de poluição sonora aumentassem largamente e reclamações fossem a temática central das conversas, memes das redes sociais e debates nos meios de comunicação. Instituições de controle tentavam medir os decibéis dos diferentes veículos,

aplicando, sem sucesso, severas multas àqueles que insistiam em expandir os limites sonoros fixados como saudáveis. De orquestra sinfônica, o trânsito se mostrava um caos barulhento e ensurdecedor, recheado de jingles, assédio sexual, xingamentos preconceituosos, gritos, sustos estrondosos e outras estapafúrdias exclamações sonoras, enlouquecendo qualquer um que estivesse nas ruas. Os fones de cancelamento de ruído sumiram do mercado.

Os condutores dos diferentes modais do trânsito pós-temporâneo seguiam aparecendo no topo dos índices de ansiedade, depressão, suicídio e homicídios. A intolerância e violência no trânsito seguia aumentando. Golpe fatal às seguradoras que agora não conseguiam manter seus contratos, tamanha demanda por novos veículos e indenizações. O sistema jurídico se abarrotava de processos cíveis, trabalhistas e penais, sobrecregando ainda mais um Estado que se via responsável e envolto pelo caos.

A empresa governamental de gestão do trânsito precisava intervir novamente, e dessa vez, de forma mais efetiva. De que adiantaram os tantos especialistas e inúmeras reuniões dos últimos projetos? Tanto dinheiro investido em pesquisas e ferramentas que só prometeram soluções e causaram tanta dor de cabeça! “Chamem os militares!” bradavam alguns cidadãos cansados e amedrontados da guerra civil que o deslocamento urbano havia se transformado. E assim, formas de comunicação não importavam e não valiam mais. Não se podia mais lutar contra o inevitável! A violência no trânsito estava dada e seria usada para o seu próprio controle. Firmeza e impavidez passam a ser os lemas que regem a nova política da empresa de trânsito, próprias do militarismo, que, entendendo a violência como parte do processo de deslocar-se na cidade, faz dela sua estratégia de gestão. “É necessário adotar uma medida mais firme frente as impunidades do trânsito. A lógica agora é a da aniquilação do infrator, nosso maior inimigo!”.

Para isso, a cidade se transformou num grande e tecnológico campo de controle: câmeras e radares com sensores de movimento ultra sensíveis são instalados em todas as vias. Aos moldes dos antigos “pardais”, a nova

aparelhagem é apelidada de “falcão” por sua acurácia e alta performance na identificação das indisciplinas do trânsito e precisão em seu ataque. Túneis subterrâneos foram construídos abaixo de algumas avenidas e alçapões automáticos instalados no decorrer delas. Quando um motorista era flagrado em uma infração, o primeiro alçapão pelo qual passava se abria engolindo o veículo e seu motorista como uma boca sedenta de ferro e sangue. Quando os semáforos ficavam vermelhos, lanças se erguiam inclementes do asfalto, transpassando qualquer um que estivesse pelo caminho. Milhares de guindastes foram instalados pela cidade, ao menos um por quadra em alguns bairros. Ao menor sinal de uma infração de trânsito o carro era imediatamente içado e violentamente arremessado por quilômetros até cair em seguros campos de reciclagem, transformando metal, borracha e carne humana em “insumos” para a sociedade construir novos guindastes e cavar mais túneis. Estar a frente de qualquer tipo de volante torna-se altamente arriscado, e tal posição foi cada vez mais rejeitada. A função de motorista se precarizou sendo exercida por um população periférica com menos alternativas, pessoas ricas passaram a usar apenas ônibus ou metrô. Office-boys e entregadores morriam em massa, reféns dos acurados olhos predatórios dos falcões. Porém, por mais que o Estado se esforçasse em mostrar que os incidentes de trânsito diminuíram com sua nova estratégia, a população não se calava frente às milhares de perdas que as famílias enfrentavam diariamente. Existiam muitas controvérsias na divulgação dos dados oficiais, afinal outro fator também contribuia para a diminuição daqueles índices: a recusa de muitas pessoas em se colocar em trânsito, seja pelo medo ou pela falta de recursos que era consequência frente a perda dos bens automotores. Uma paranóia coletiva havia se instalado, já que não havia escapatória, nem direito a defesa daqueles que eram pegos pelos ardilosos falcões do trânsito. Brechas eram destinadas somente a ambulâncias e carros que podiam pagar os valores exorbitantes dos “passes”: chips que conseguiam despistar o sistema de vigilância. A invisibilidade frente aos falcões destinada somente aos “poderosos”, fez deles um novo alvo de ódio. A

gota que faltava para o estouro que ainda estava por vir, veio após o filho de um grande empresário ser absolvido de um atropelamento em massa de ciclistas: alegou legítima defesa imaginária, “sentiu-se acuado”. O que inicialmente era apenas um movimento de ciclistas, finalmente contagiou toda a população que passou a queimar todos os veículos, câmeras e guindastes.

Após o colapso total do trânsito, algumas pessoas passaram a construir frágeis gambiarras para incrementarem sua locomoção pelas antigas vias, então em desuso. Um carrinho de mão enjambrado, com uma roda de madeira e outra, maior, envolta num pneu furado, percorre uma rua vazia da cidade. Pedais foram instalados ali, permitindo que um homem, sentado no carrinho, carregasse seus dois filhos, sobre uma plataforma de madeira logo a suas costas. Eles cruzam por um ciclista que sofre em seu deslocamento. Sua bicicleta parece ter sido montada com o resto de outras bicicletas, e sua correia já estourada, está presa com pequenos elos de outro material. Eles chegam à beira do rio, onde se vê outras pessoas navegando em diferentes barcos e jangadas. Madeira, garrafas pet, blocos de isopor, desde que flutuem, parecem ser matéria prima para os novos meios pluviais de transporte que tem se popularizado. Estes eram os novos meios de deslocamento possíveis nas cidades, após a revolta que queimara todos veículos existentes. Curiosamente, mesmo com tais gambiarras frágeis, as pessoas seguiam acelerando e disputando belicamente o espaço das vias. O grande cientista do trânsito havia se aposentado, deprimido com seus sucessivos fracassos e com as milhares de mortes que carregava consigo. Em seus últimos dias ficou a meditar se talvez tanta competição, aceleração e belicosidade não falasse de algo que atravessava o trânsito mas não estava restrito a este. Talvez falasse mais de nós do que gostaríamos de admitir...

O PREÇO DA PAZ DOS CONDOMÍNIOS DE LUXO

Gabriel Vargas Bernardo, Guido Norberto Buch Ruschel,
Luis Fernando Massoni, Simone Mainieri Paulon

As grades do condomínio

São pra trazer proteção

Mas também trazem a dúvida

Se é você que tá nessa prisão.

(O Rappa, Minha Alma - A Paz Que Eu Não Quero)

Grades, cancelas e câmeras de segurança. Muros erguem fronteiras verticais, pontas de lança cravejam o horizonte da paisagem urbana. Seguranças armados estão postados sempre ao lado das entradas, circulam com motocicletas ou vigiam, ocultos, dentro das guaritas de vidros espelhados. Um escrutínio meticoloso define quem e o que pode entrar no espaço sagrado e valioso construído pelo Capital. Lá dentro, serviços de várias ordens são oferecidos de maneira exclusiva aos moradores: lojas de conveniência, escolas, *pet shops* ou mesmo trilhas em meio à natureza, que podem ser desfrutadas de maneira privativa. Do outro lado, as barreiras se multiplicam, em uma espécie de contágio, que as propaga cada vez mais longe, cada vez maiores. Será uma epidemia de medo, ou desejo de distinção?

O cenário descrito acima nada mais é do que a realidade construída em torno dos condomínios fechados de alto padrão, que se proliferam por muitas cidades brasileiras, especialmente em regiões afastadas dos centros urbanos, tidos como sinônimo de insegurança e desordem. Esse formato de moradia, que vem ganhando espaço no setor imobiliário ao longo das últimas décadas, apresenta uma proposta tentadora a quem tenha como pagar: segurança,

espaços variados de lazer para interagir com “os seus”, segurança, infraestrutura completa, segurança, organização, segurança, limpeza, segurança... um simulacro do paraíso tal como se vendem pedaços do céu em alguns templos religiosos, só que estes são aqui na Terra mesmo!

A cidade do Orçamento Participativo, do Fórum Social Mundial, onde se encontram espaços como a Avenida da Legalidade e da Democracia, a Esquina Democrática e a Esquina Maldita, onde a contracultura e os movimentos contestatórios da Ditadura Civil-Militar tiveram vez e voz ao longo de sua história, não passou incólume a essa tendência de moradia para os e as cidadã(o)s que compõem o 1% da camada da população brasileira do vértice superior da pirâmide econômica. Localizados especialmente na Zona Sul da Porto Alegre, bem distantes das regiões degradadas e/ou populares (e que palavra horrível, alguns moradores dessas fortalezas devem pensar), os condomínios horizontais fechados de alto padrão chegaram à capital gaúcha, transformando a paisagem e a cartografia da cidade.

O olhar cartográfico a este segmento tão “distinto”, no sentido literal e irônico também do termo, produz alguns questionamentos: Quem são as pessoas das classes abastadas de Porto Alegre, moradoras de condomínios horizontais fechados? Como elas se relacionam com o espaço urbano? De que forma elas narram essa relação? Que composições subjetivas tais moradores/as estabelecem com a cidade? Que cidade elas perspectivam a partir da sua mirada? E qual cidade elas objetivam a partir da sua vivência?

Essas e outras questões surgiram ao nos debruçarmos sobre este modo peculiar e elitizado de moradia, cada vez mais comum nas grandes cidades – a ponto de reproduzirem suas lógicas até mesmo em empreendimentos voltados às classes médias. Estes condomínios privados, transformados em fortalezas urbanas, têm arquiteturas que distinguem bem suas fronteiras em relação aos demais habitantes da urbe.

Assim, em nossa cartografia, nos deparamos com um primeiro problema: como acessá-las?

Ao fazermos este recorte específico, entre os demais grupos estudados na pesquisa “Experiência Urbana e Produção do Comum: Modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância”, logo nos deparamos com um dos principais desafios para que moradores de condomínios de alto padrão sejam visibilizados em pesquisas acadêmicas.

Preservar a privacidade de seus residentes é prioridade absoluta, e um dos principais argumentos mercadológicos presentes nas peças publicitárias voltadas a este seletivo grupo. Isto inclui evitar o contato com camadas inferiores da pirâmide social que só adentram as fortalezas urbanas sob rígidos protocolos de segurança e com a finalidade estrita de prestarem seus serviços aos moradora/es. Decorre daí a indisponibilidade de diálogo com o público externo, o desinteresse por estudos que revelem seus modos de vida para públicos desconhecidos (e aos quais não tenham controle sobre a finalidade e uso dos resultados), além de ser comum a ausência de coletivos bem constituídos até mesmo entre suas/seus moradoras/res. Tal limitação em pesquisas que abordam as formas de inserção dessa camada da população no espaço urbano tem sido relatada por estudos como os de Cattani (2019) e Oliveria Jr. (2008).

O acesso a moradores de condomínios privados é regulado por barreiras físicas e sociais. As barreiras físicas se materializam nos altos muros,seguranças privados e sofisticados sistemas de vigilância – além dos carros, que sustentam as saídas, com seus vidros escuros, tornando impossível identificar quem está ao volante. As barreiras sociais são mais discretas, mas antecedem às físicas: muitas dessas pessoas optam por esse formato de moradia, porque justamente não desejam contato com um mundo que seja diferente daquele que conhecem e sobre o qual têm controle. É como se a diversidade de sujeitos e formas de vida representassem perigo à integridade física e moral, mas talvez seja simplesmente por mostrarem uma realidade com a qual elas não desejam se confrontar. São indiferentes à diferença.

Segurança: palavra de ordem para muitas destas pessoas. Há uma preocupação máxima com a violência, e o medo é um sentimento bastante

presente. Mas não se trata de uma segurança pensada como política pública envolvendo o coletivo mais amplo. É uma segurança, digamos, exclusiva, pois se restringe à segurança individual e da família. Ok, do grupo social também, especialmente dos vizinhos de condomínio, por serem digno\$ de proteção.

Esse conjunto de sentimentos e práticas nos levam a um dos elementos centrais, que modulam a forma como essas pessoas se relacionam com o restante da cidade: o carro. Além de saírem pouco do condomínio, em uma prática de auto segregação urbana, o automóvel privado, mais de um a cada morador(a), não raro, é “O” meio de locomoção pela cidade. Mas, não é apenas forma de transitar: representa segurança e confere status social – ou ajuda a mantê-lo.

Tendo em vista a dificuldade de chegar a essas pessoas, este foi o único dos sete segmentos de moradora/es da cidade abordados pela pesquisa “Cidade e Subjetividade” com o qual não foi possível interagir diretamente. E dessa vez não foi culpa da pandemia de COVID-19: é que esta/es moradora/es específicos já viviam em regime de certo confinamento – e por vontade própria. Assim, o contato com tais pessoas ocorreu por meio de questionário eletrônico – encaminhado a algumas moradoras de condomínios de luxo de Porto Alegre (foram 21 respondentes, todas mulheres) – o que permitiu nos aproximarmos um pouco da forma como elas se relacionam com a cidade e constroem suas subjetividades a partir dela. Após meses de negociação com moradoras mais acessíveis à equipe da pesquisa, foi possível acessar residentes de três condomínios que se enquadravam nas características do estudo: alto poder aquisitivo, no perímetro urbano da capital gaúcha e com esquemas de segurança reforçados.

A pesquisa que é ponto de partida deste texto foi desenvolvida em duas etapas, uma de caráter bibliográfico e outra com dados empíricos. Criou-se uma primeira versão do questionário com dez questões, que foram respondidas por três moradoras, utilizando-se como ferramenta o Google Forms. Com o retorno dessas primeiras respondentes, o questionário foi readequado e resultou no seguinte formato:

1. Quais são as vantagens de morar no seu condomínio?
2. Quais são as desvantagens de morar no seu condomínio?
3. Onde você costuma ir em Porto Alegre para realizar suas atividades de rotina?
4. Onde você costuma ir para realizar suas atividades de lazer?
5. Qual o meio de transporte que você utiliza?
6. Quais são as principais qualidades da cidade de Porto Alegre?
7. Quais os principais problemas da cidade de Porto Alegre?
8. Quais lugares de Porto Alegre você evita em seu dia a dia e por quê?
9. Como você descreveria um dia típico em sua vida?
10. Nossa pesquisa oferece as seguintes atividades para uma segunda etapa. Assinale aquelas que você teria disponibilidade de participar:

_____.

10.1. Onde você toparia realizar essa atividade?

A fim de sistematizar algumas das tensões que atravessam os processos de subjetivação neste campo de estudo, o grupo de pesquisa encarregado deste segmento peculiar de cidadã/os portoalegrenses ficcionou um diálogo, fazendo uso das frases e expressões literais utilizadas pelos respondentes.

Duas pessoas dialogam, sendo:

P1: A motorista que dá carona para sua vizinha. Gosta de andar mais pela cidade, mas sempre com seu carro particular.

P2: A vizinha mais reclusa, prefere não sair do condomínio.

P1: Oi, vizinha! Tá pronta?

P2: Sim, tudo pronto... que saco ter que ir ao Centro... adoro ficar por aqui de manhã...

P1: Fazendo o quê?!

P2: Adoro passear, desfrutar da natureza, ouvir os pássaros e tudo mais... curtir a tranquilidade e o sossego que esse condomínio me proporciona.

P1: Ah, isso é bom mesmo, quisera eu ter tempo para desfrutar de tudo isso que temos aqui, quase não tenho atividades de lazer.

P2: Mesmo quando tenho que sair, tipo supermercado, lojas, consultas... prefiro fazer minhas atividades o mais próximo possível do condomínio e voltar correndo, melhor seria se tivesse tudo aqui dentro.

P1: Eu até curto dar uma volta, frequento uns bares na Tristeza, no Moinhos, minha vida social acaba ficando muito restrita à casa dos amigos, vizinhos ou outros condomínios. O trânsito que é um saco, uma viagem...

P2: Ah, mas nosso condomínio é ótimo, seguro, tranquilo, bem frequentado. Só não curto muito alguns vizinhos “sem noção”.

P1: “Sem noção”? Como assim?

P2: Ah... gente mal educada, que não respeita as regras: horário de silêncio, separação do lixo... Não suporto...

P1: Eu queria que fosse mais perto de shoppings, restaurantes, bares, essas coisas... pra mim, isso já resolvia!

P2: Como saio pouco, isso acaba não me afetando.

P1: É que eu ando por tudo: vou no Centro, no Moinhos, principalmente, onde tenho um monte de amigas, Tristeza, que é pertinho...

P2: É... tu andas muito por aí... Que disposição! Prefiro ficar aqui na segurança de meu lar.

P1: É, segurança não tem preço... e me preocupo para que ele esteja sempre seguro, tu sabe né, ele é meu tesouro, meu parceiro.

P2: Eu sei... como é.

P1: Não faço nada sozinha, é sempre com ele, torna tudo mais agradável. No caos dessa cidade, sozinha? Não. Por isso que eu cuido tanto dele, porque ele também fica exposto aos perigos da cidade. Se saio com ele, e só saio com ele, diga-se de passagem, cuido muito bem onde vou deixar. Só

me sinto confortável quando sei que ele tá seguro. Deixar sozinho na rua? Nem pensar, só deixo em estacionamento...

Este diálogo ficcional foi criado a partir daquilo que a leitura das respostas ao questionário mobilizou no subgrupo da pesquisa. Não se trata de uma análise dos dados, desde um ponto de vista tradicional, como se tivéssemos que revelar alguma verdade oculta nos dados. Trata-se, antes, de uma análise das implicações do grupo de pesquisa com uma realidade tão diversa àquela que seus componentes vivenciam em seus cotidianos e que vinham observando nos demais subgrupos da pesquisa, participantes dos segmentos inferiores, dos 99% da população que mora em regiões e condições muito diversas à desse/as moradore/as. Análises de implicações com instituições como o consumo, o capitalismo, o racismo, o gênero (100% dos raros moradores que se dispuseram a responder o questionário eram mulheres!!!), o território, a cidade... expressando tanto o fenômeno estudado, quanto a relação deste com a realidade e as posições de quem pesquisa, em um processo de tensionamento e produção deste mundo que é experimentado de modos tão singulares a depender do chão que se pisa, do território que se habita.

É importante salientar que a escolha do questionário como ferramenta de pesquisa e a qualidade das perguntas e das respostas podem ser consideradas um efeito do campo. A inacessibilidade dos moradores dos condomínios de luxo torna as informações sobre essa população escassas, além de dificultar as tentativas de contato – o que influenciou na pequena quantidade de perguntas, sem que fossem aprofundados os temas abordados. Entre as consequência disso, que é dado de pesquisa, afinal foi ao adentrar este campo que nos deparamos com os limites muito diversos aos encontrados em outros segmentos de moradore/as acessados pela pesquisa, está um significativa pobreza de informações, mesmo entre os questionários

respondidos que se limitavam a poucas palavras ou expressões padrão: “opção por segurança”, por ex. Portanto, mais do que reproduzir um estereótipo, o questionário como única ferramenta possível de acesso aos condomínios e suas parcias respostas apresentam uma limitação metodológica, mas também um indicativo do conteúdo proposto na investigação. É típico das populações mais ricas protegerem-se de pesquisas científicas que possam desnaturalizar a estratificação social. Assim como circular pela cidade exclusivamente em veículo privado, possivelmente muitos com vidros blindados, apresenta um modo de viver e ser cidadã(o), o convite ao diálogo sobre a relação com a cidade ser respondido monossilábica e individualmente, sem qualquer brecha para os diálogos em grupos, as mostras fotográficas, as rodas de conversa, as trocas com equipe de pesquisa, os debates acadêmicos sobre cidade e subjetividade, tudo isto que os demais segmentos da pesquisa experimentaram ao compor este estudo, e que as moradoras dos condomínios foram *privadas* de viver, também diz bastante acerca do modo de subjetivação indivíduo que define os sujeitos forjados na lógica neoliberal.

Assim, em meio a uma bibliografia que acompanha o processo de segregação espacial voluntária de uma parte da população dos centros urbanos– que vem ganhando força desde os anos 1980 –, através das respostas nos deparamos com posições que destacam o externo e o diverso como problemas. No entanto, estes são elementos constitutivos da própria dinâmica da auto-segregação, na medida em que o distanciamento e as fronteiras são erigidas exatamente pela escolha por este tipo de moradia. Sem poder abdicar totalmente da cidade, onde acessam certos serviços, ou mesmo vivenciam realidades que não existem no interior de seus condomínios, as moradoras expressaram uma dinâmica limitada e limitante de relação com a cidade, onde o carro particular é o mediador imprescindível às escassas circulações no espaço urbano e as grades erigidas em nome do sossego impõem a incômoda questão que “O Rappa” aponta ao cantar que “paz sem voz / Não é paz é medo”.

REFERÊNCIAS

- Cattani, A. D. (Ed.). (2019). Caríssimos ricos. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Oliveira Jr., H. R. (2008). Reflexões sobre o estudo da proliferação de condomínios fechados: Críticas e sugestões. *Cadernos Metrópole*, 20, 221–239.

SUBJETIVIDADES ESTRANGEIRAS: CIDADES EM DESLOCAMENTO A PARTIR DO ENCONTRO COM IMIGRANTES VENEZUELANOS

Robert Filipe dos Passos, Ariadne Cedraz, Fernanda Rocha,
Simone Paulon, Cássio Nogueira

Partimos da ideia de que processos de subjetivação modulam o olhar e, na pesquisa que assumimos, a multiplicidade de olhares sempre foi a bússola. Ao investigar como se vive a/na cidade, parecia-nos adequado percorrer mapas existenciais, o que implicava em, não somente acompanhar circuitos geográficos, mas compreender como distintos grupos faziam das mesmas ruas cidades diversas. Dito isto, destacamos que trabalhar com diferentes grupos, tornou muito evidente que em uma cidade existe uma miríade de cidades e infinitos trânsitos possíveis subjetivados pelas diferentes formas de circular, de habitar e de apropriar-se de um território. Talvez olhar uma cidade com a estranheza característica do não pertencimento pudesse, então, denotar uma construção ímpar e foi assim que surgiu a ideia de constituirmos um subgrupo de pesquisa que pudesse acompanhar estrangeiros. Em princípio, isto soava como uma pesquisa-intervenção perfeitamente tangível, porque facilmente víamos estrangeiros habitando Porto Alegre - embora neste cenário a cidade não parecesse um porto tão alegre assim para os imigrantes.

Diante disto, vale dizer que os textos-ensaios aqui apresentados são resultado do esforço em dar traduzibilidade para algumas experiências vivenciadas por pesquisadoras e pesquisadores naquele que se definiu como o “campo dos imigrantes”, logo por nós rebatizado como “campo dos estrangeiros”. A mudança de nomenclatura não é ingênua, sinaliza um deslocamento de

reconhecimento daquilo que aproxima as experiências dos sujeitos envolvidos neste cartografar. De um lado, imigrantes que vivenciavam Porto Alegre como possibilidade de reinvenção da vida ou refundação de uma nação que agora só vive na memória, de outro lado (tentando fazer roda ao invés de quadrado) estudantes-pesquisadores que circulavam por essa cidade como quem experimenta-se na condição de cartógrafo de um território que também não é o seu. Dito de outra forma, em algum momento desta aventura cartográfica, percebemos que todas as pessoas que integravam o referido grupo de pesquisa, nesse campo, eram estrangeiros, tanto aqueles reconhecidos de antemão como pesquisadores quanto os sujeitos de pesquisa, o que bem demarca a dissolução do ponto de vista do observador (Passos e Eirado, 2015).

Assim como foi necessário que os estrangeiros aprendessem a não se perder pela cidade, foi preciso achar um espaço de encontro no qual o diálogo pudesse acontecer. Tentamos uma inserção por meio de um projeto de extensão do curso de Direito da UFRGS que apoiava imigrantes em processos relativos à aquisição de documentos para legalizar a morada no Brasil. Também tentamos o caminho via fórum de mobilidade urbana. Percorremos por um tempo em busca desta “cidade dos imigrantes” como quem circula por um território antes da criação do GPS: apenas guiados por pistas e rumores. Estábamos desorientados nesse processo, como quem sente que não há para onde ir, pois qualquer caminho tomado nunca chegava às nossas expectativas de possível colheita de pesquisa junto aos imigrantes. O campo efetivamente se produziu na aproximação com um projeto social (Araguaney) que acolhia imigrantes recém-chegados na cidade e região, especialmente vindouros da Venezuela, que possuía, na época, fluxo intenso de chegada de pessoas. Esta primeira aproximação foi permitindo conhecermos melhor a dinâmica de chegada desses estrangeiros, os espaços em comum de convivência ofertados pelo projeto, bem como a oportunidade de nos apresentarmos para este coletivo.

Desta primeira aproximação, desdobraram-se algumas outras etapas-intervenções, tais como uma oficina de confecção de mapas afetivos, encontros

de planejamento com um dos líderes do projeto (rememorados no texto-ensaio “Cela 212”), bem como uma oficina de fotografias com alguns participantes que se voluntariaram (que inspira o exercício ficcional do personagem V). As intervenções se desdobraram a partir do encontro entre o interesse de cartografar as experiências de encontro, circulação, perambulação desses estrangeiros com a cidade e as demandas elencadas por estes recém-chegados, tais como: circular pelos espaços de convivência da cidade, criar mais espaços de partilha de suas experiências, e, especialmente, desenvolver atividades com as crianças, apontadas como as “mais atingidas pelo trauma da migração”.

Aos poucos, a cartografia disparada por estas andanças foi firmando seu modus operandis. As metas de pesquisa, que nos fizeram rodar a cidade ao encontro destes estranhos familiares estrangeiros, foram se transformando. Ao mesmo tempo, a demanda de atenção às crianças e aos seus traumas, também passava por uma inversão. O caminho (*hódos*) que constrói o objetivo (*metá*) gradativamente nos sinalizava um outro fluxo desejante pedindo passagem: o devir-criança destes adultos estrangeiros, desfamiliarizados - como crescidos que são - com o brincar, com a adaptação inventiva de quem no presente, ainda com pouco passado, apostava na potência da produção/imaginação do futuro. Um devir-criança como linha de fuga para imigrantes-estrangeiros que, saudosos desse país do passado, demandam fabular outra pátria para si, que possam chamar de lar.

Esta fabulação/fabricação, como ensaiamos junto com V, não se dá nas mesmas condições para todos os estrangeiros desta cidade de portos e portas nem sempre tão acessíveis. Foi possível constatar que as diferentes formas de imigrar, por terra, por ar, de fronteira em fronteira, pelo plano de interiorização do governo vigente à época, contribuíam também para a definição da estada destes estrangeiros neste porto. Ao mesmo tempo, as formas de imigrar são fortemente subjetivadas por marcadores de classe, raça, gênero, etnia, entre outros. A cidade da qual nossos mapas foram cartografados, portanto, desenha sutilmente (ou nem tanto) que alguns são “mais estrangeiros” que outros, e para estes, é sempre mais difícil fabular.

CELA 212

Eu esperava Jose na sala 212. Ele chegou atrasado e eu me senti muito feliz que o atraso foi dele e não meu. Não é de bom tom atrasar-se quando se assume a responsabilidade de conduzir atividades de pesquisador, por isso, nessa história, eu posso contar que nem sempre eu me sentia à vontade neste papel de fazedor de pesquisa.

Jose chegou acompanhado de uma criança. Na primeira troca de olhares pude perceber que havia muito carinho entre eles. Havia também uma cumplicidade que pesava mais nos olhos mais velhos de Jose do que nos jovens olhinhos curiosos da menina esforçada para se comportar como gente grande. A criança era a filha dele.

Bem que disseram que esses estrangeiros “são muito família”. Andam em bando. Não se desgrudam. Eles dão nó em suas identidades por meio dos laços consanguíneos.

Será que eu iria com a minha filha para uma reunião como esta? Será que eu temeria ser julgado como um “bom pai” ou como um “mau pai” por levar a minha filha a esse tipo de reunião?

Que tipo de reunião era essa? Será que Jose sabia para qual tipo de reunião ele tinha sido convidado?

Será que eu mesmo teria coração e pensamento para responder as minhas próprias questões sobre a reunião que marquei?

Esbaforido do atraso, Jose justificava-se numa agitação que me fixava a uma câmera lenta, pois eu sentia que tinha que me demorar nos detalhes na tentativa de me abrir à experiência da produção do conhecimento. Não consigo sequer imaginar o que ele pensava sobre aquele encontro. Para mim, aquilo – “a reunião” – precisava ser uma “colheita de dados”; no entanto, no olhar de Jose, senti plantado certo receio.

Eu fingei nenhum receio, porque do lado de cá da situação – pesquisador, em posição privilegiada e confortável – acho que não me cabia esboçar qualquer desconforto. Destarte, nesse movimento que tenta atualizar o impossível, vi-me fitado por um Jose de olhos arregalados e tímidos ao mesmo tempo. Será que esse olhar é coisa de “estrangeiro” ou só de gente mesmo?, fiquei pensando depois...

— Que bom! Achei que a reunião seria com mais pessoas — disse Jose, ao constatar que não ia falar com muita gente.

Se fosse uma reunião “com mais pessoas” o que essas pessoas iriam achar do fato de ele estar com a filha? Definitivamente ele não sabia que tipo de reunião era aquela e, mesmo assim, levou a sua filha.

E eu, com meu pensamento, mais uma vez tinha uma voz que julga o que se passa, sempre atravessada pelos valores morais.

Jose quis dizer de novo algumas coisas que ele dissera antes... “Crianças brincam com facas”; “Os estrangeiros não querem falar estrangeirol, têm medo de serem identificados como pessoas de outro país”; “As pessoas têm tanto medo de um futuro catastrófico que estocam a comida até que ela apodreça”... esse era o cenário-problema daqueles estrangeiros-de-pesquisa.

Já não bastava esse filme de terror, a conversa ficou pior...

— Tem pessoas do Governo do meu país de origem infiltradas aqui, elas querem identificar quem está falando mal do Governo e querem saber quem está organizando atividades com nós estrangeiros-fugitivos – assim ele anunciava e dizia mais...

— Em um voo daquela outra cidade para cá, vieram cerca de 30 pessoas do meu país. Quando saíram de lá, estava tudo bem, mas, quando pousaram aqui, já existiam rumores. Existem pessoas de lá que estão infiltradas aqui para criar rumores e esses rumores causam pânico e medo entre os estrangeiros.

Muito me chamou a atenção nessa fala, que poderia ser o trecho de um monólogo em que delírio persecutório é parte constitutiva da criação do

personagem que diz coisas assim. Ao mesmo tempo, para além do fantástico-teatral, posso dizer que esse discurso foi muito elucidativo, afinal, eu sempre achava que Jose se portava como uma pessoa que está sendo vigiada. Isso, então, não era uma “coisa da minha cabeça”; era a “loucura” da cabeça dele, engendrada pela singular situação de refúgio que ele experienciava! Foi a partir deste instante que fui instigado a pensar se as pessoas que se sentem vigiadas são amáveis ou insuportáveis justamente porque se sentem vigiadas.

Será que essa amabilidade de Jose e sua “vontade de ajudar” não fazem parte dessa sensação Big Brother que o acompanha? Será que o fato de ter uma criança perto dele fazia com que ele se sentisse mais seguro e menos vigiado?

Será que minha cabeça de pesquisador sempre vai me levar a pensamentos do tipo causa e efeito?

Acho que se eu fosse esse tipo de estrangeiro que Jose é, não precisaria de “pessoas infiltradas” para que rumores rondassem minha cabeça. Eu nem sou Jose e, na minha própria estrangeirice, sinto-me rodeado de rumores por debaixo dos meus sobretudos.

O que sente alguém que não sabe o que esperar do futuro? O que sente aquele que, em certa medida, perdeu a possibilidade de dominar seu corpo e seu lugar no mapa? O que habita quem se refugia onde nunca sonhou viver? O que toma aquele que abdicou de seu mundo e sente viver em absoluto desgoverno de si? Nem sabe o que será sua próxima refeição, nem mesmo sabe se terá uma próxima refeição?

Ora, talvez você pense que tudo isso seja muito drama para pouca desgraça, afinal: ninguém sabe o que será do futuro. Vidente não anda por aí saltitante. Verdadeiramente falando, ninguém tem total controle do seu corpo, assim o sabe qualquer um que, sem querer, liberou flatulências indesejadas.

Além do mais, tantos e tantos são mandados de lá para cá (por causa de um emprego, por exemplo) e só assim se dão conta de que não se governam. Alguns se dão conta... no entanto, de fato, ninguém se governa. Por fim, nem eu, daqui do conforto do meu computador sei o que será a minha próxima refeição, nem faço a menor ideia de que tipo de comida irá compor essa refeição. E, por mais fim ainda e de novo, nem se sabe quem sobrevive a cada instante. Deste e de todo modo, daqui a um minuto até eu posso estar defunto.

Não obstante às minhas pertinentes considerações, independente de qualquer coisa, esse texto não é sobre mim... e certamente, a poucos metros de um mim qualquer, há, neste momento, um sujeito não estrangeiro (talvez até nascido nesta cidade) morando na rua. Talvez esse não-estrangeiro saiba qual rua é sua casa e quais estrelas são seu teto, mas, definitivamente, ele não sabe quando será sua próxima refeição. Como esse não-estrangeiro que está a poucos metros de mim, deve haver milhares de outros. Mas não é sobre esses milhares de sujeitos de teto estrelado que versa esse texto.

Também não é sobre Jose esse texto. Todavia, em decorrência de todas as incontáveis possibilidades de interpretação que um texto pode permitir, é preciso dizer que este escrito desenha em linhas deslizantes o Jose que teatralmente entra numa “sala de pesquisa” para fazer falar aquele que nem sempre se consegue ouvir: o estrangeiro na situação de não ter o que comer. A “sala de pesquisa” não é um laboratório, mas é um espaço de teto de cimento, às vezes tão bem demarcado que pode até servir de cela para o pensamento. Jose, mesmo com toda a desconfiança que parece ser inerente aos estrangeiros que ganham título de “refugiado”, sente-se menos desconfortável por estar na “sala de pesquisa”. Ele é um profissional de “nível superior”, estudou para ter uma “vida superior” e, provavelmente, não se vê, nem se produziu, como um sujeito que aceita o céu como teto. Para o Jose, que vê o teto de cimento (que se compra com saber) como sendo digno para cobrir sua cabeça, nenhuma fome é justa para a sua história. Como se a fome devesse ter critérios de alcance e excluisse da sua captura as cabeças privilegiadas pelo estudo de um “nível superior”. Para estrangeiros como

Jose, pessoas de “nível superior” devem ter de vidas igualmente superiores, embora a condição de estrangeiro tornasse isso impossível.

Também sou uma “pessoa superior” aos olhos de Jose. Também eu, como já disse, busco me conscientizar de que a vida se desenrola na incerteza. Insegurança ante aos acontecimentos do universo poderia ser uma “justificativa teórica” para afirmar que os habitantes da próxima esquina, Jose e eu temos inúmeras semelhanças. Mas, expondo-me com todos o incômodo que me constituem, confesso me sentir ridículo ao “ridicularizar” o drama de Jose com um discurso (quase de autoajuda) que diz “sempre pode ser pior”. Ao mesmo tempo, sinto-me igualmente ridículo (e acrítico) se ignoro o fato de que Jose é, hoje, um estrangeiro privilegiado e que só a minha posição, de mais privilegiado ainda, pode “ridicularizar” um sujeito que se sente perseguido por um governo que, penso eu, talvez nem se importe com ele especificamente.

É ridículo ignorar que no mínimo um desses refugiados estrangeiros deve desconfiar da própria sombra. É igualmente ridículo minimizar seus “dramas” supondo que um não-estrangeiro desprovido de teto sofre mais. Não há nada mais ridículo que comparar ou mesmo hierarquizar sofrimentos. Aliás, talvez seja mais ridículo o fato de que eu, mesmo sem querer hierarquizar, fiquei dizendo o que é sofrimento para esse ou para aquele sujeito. É ridículo isso e existem muitas pessoas ridículas no mundo, inclusive eu. Talvez eu seja merecedor de todas as chacotas a se publicarem no “estrangeiro universo” que é a vida fora das celas de pesquisa.

Pensando em Jose eu constato um tanto do que penso sobre mim. Eu já me bati no espelho algumas vezes e, em várias destas, pedi desculpas a mim mesmo, pois não me reconheci, louco que eu posso ser. Isso se passa comigo que nunca precisei, forçosamente, tornar-me outro. Eu, que posso fingir que sou eu mesmo, ando na rua olhando para trás e sinto sobressaltos com pequenos barulhos, pois às vezes penso que posso estar sendo perseguido por bandidos

ou ladrões. Imagine Jose, um estrangeiro que deixou um eu confortável para fugir para um lugar que ninguém quer escolher. Afinal, ninguém quer vir para cá. Jose disse com todas as letras “Ninguém quer vir para o Brasil”.

O que há de tão ruim nesse país que ninguém quer vir para cá?

Tornar-me-ei um brasileiro desconfiado! Desconfiado dessa “confiança” que os jornais têm no Brasil, o risco Brasil vai cair após as eleições, dizem... desconfio muito de quem tem essa confiança!

Desconfiar é uma forma de se proteger?

Jose fala que, lá em seu país, todos eram vigiados. Os rumores dizem que eles continuam vigiados e, consequentemente, sempre ameaçados.

Independente de um estrangeiro ser realmente perseguido ou não, seria possível viver em outro país, sem essa sensação de ser sempre olhado?

Às vezes, eu penso que somos todos, em certa medida, estrangeiros vigiados. As pessoas estão olhando a minha forma de falar. As pessoas estão olhando o meu pensamento, sempre que falo. Se sou estrangeiro, professor, pesquisador, negro, homossexual, mulher ou trans o que falo nunca é visto como uma frase qualquer de uma pessoa qualquer.

Neste tempo, não parece que estamos todos em avaliação?

Os grupos se reúnem, os grupos conversam. Nos territórios em que costumo dizer que pertenço, para que as conversas se processem em um tom harmonioso, horizontal e supostamente mais decente, sentamo-nos em roda. Todas as vezes que estive com Jose e outros estrangeiros arrumamo-nos, belamente, em roda. Mas é na roda que todos se vigiam. Na roda, ninguém pode dormir, porque qualquer piscar de olhos é facilmente flagrado. Somos

todos vigiados. Às vezes, somos estrangeiros sem sair do lugar, na sala 212, costumo me sentir uma pessoa de pensamento-estrangeiro e você também deve se sentir assim em algum lugar. De todo modo, não somos estrangeiros como Jose que saiu de casa sem pegar os brinquedos de sua filha. Isso parece não ser nada, mas tem, para ele, um grande tom de sofrimento.

Estrangeiros como Jose, que vieram para cá em circunstância muito peculiares (as quais eu mais imagino do que sei com exatidão), falam sempre do seu país de origem. Eles parecem viver cotidianamente seu país de origem e a saudade de sua terra. A ausência está sempre presentificando tudo daquele país que pode ser carregado na bagagem virtual desta gente. Foi isso, também, que me fez pensar que os estrangeiros querem “voltar pra casa”. Mas, neste encontro, Jose disse “eles querem ficar”. Não era assim que eu via o cenário antes desta conversa. Todavia, Jose disse, com convicção:

— Eles querem voltar a um país que não existe mais! – isso é impossível. Isso não vai acontecer, e por isso Jose explicava que os estrangeiros vão ficar, mesmo que nunca verbalizem que, a partir de agora, “seu país” é o Brasil.

Eu considerei muito pertinentes as ideias expostas por Jose, verbalizadas como a certeza de que um enorme bloco de concreto pesa tanto quando realidades que a gente não quer enfrentar.

Esses estrangeiros não vão voltar! Talvez alguns voltem, mas a maioria tende a permanecer aqui... os filhos vão crescer, novos vínculos com este lugar vão surgir, aquele país com o qual eles sonham, sumiu para sempre do mapa. Apagou-se. É como um vale encantado onde vivem seres e sonhos que só fazem sentido no mundo da lembrança e da imaginação. O destino destes estrangeiros tornou-se uma folha em branco, sem pautas ou marcações, na qual eles sentem que deve ser escrita uma história com a letra de uma caligrafia que honra o seu passado.

Ao pensar nisso, entristeci-me... foi como me dar conta de que o estrangeiro é sempre um estrangeiro, mesmo quando ele se identifica com o novo lugar, mesmo quando ele mora com corpo, alma e desejo naquele lugar que já nem pode ser considerado (para ele) como sendo novo, ainda assim,

ele é estrangeiro aos olhos dos outros e, talvez, ainda seja estrangeiro aos seus próprios olhos. Enfim, talvez o “lugar novo” se torne “velho”, e neste lugar o estrangeiro se sinta em casa, mas, é provável que, ainda assim, ele permaneça estrangeiro. E então, o estrangeiro será estrangeiro onde se sente em casa e ainda mais estrangeiro em sua terra natal.

Dizem que tudo na vida é essencialmente transitório, no entanto, algumas “identidades” postas por outros e assumidas por nós, são como malas para sempre carregadas, independente das mudanças. Isso não fala só de Jose, isso fala de mim e fala de você. E eu nunca tinha pensado que “pensar as cidades” é, sobretudo, pensar sobre trânsitos “permitidos” e trânsitos “impedidos”. Eu nunca tinha pensado que “pensar as cidades” se refere muito mais à vida cotidiana do que à rua de um mapa. Do mesmo jeito, eu nunca tinha pensado tanto no peso da pergunta sempre feita a um estrangeiro: “De onde você é?”. Outrora eu pensei que o estrangeiro era a pessoa que poderia sempre se reinventar, mas agora eu penso que existem várias estrangeirices com distintos “talvez” e que nem sempre as pessoas estrangeiras estão felizes, nem sempre se enxerga alegria na possibilidade de se reinventar.

Quando te perguntam “de onde você é?” e você responde que é deste ou daquele lugar, conjura em si todo um povo no qual você se reconhece ou não. Independente disso, naquele instante, para aquele outro que pergunta, fatalmente você representa o lugar de onde você veio. Nesse sentido, eu entendo os motivos pelos quais os conterrâneos de Jose, muitas vezes, mentem sobre seu país de origem. Talvez não façam isso porque se sentem perseguidos, mas porque sentem que assim podem se reinventar sem mostrar aos passantes da vida o peso do que se passa em seu país.

A meu ver, a filha de Jose ouvia tudo na postura de uma criança que já sabe que é educado fingir que não escuta nada da conversa dos adultos. Como devem crescer rápido essas crianças que são apontadas pelos seus pais como aqueles que mais sofrem e que mais expressam sofrimento nesse processo de mudança. É isso que muitas vezes escuto como pesquisador: “As

crianças são as que mais sofrem". Muitas vezes, era uma atenção às crianças que os estrangeiros me pediam. Como gente que às vezes sinto que sou, ora eu entendia como era sofrido para os pais verem suas crianças privadas do privilégio da infância, ora eu via o fardo das crianças por carregarem o peso de personificar o sujeito que sofre mais. Para piorar o conto, nessa história, quase sempre eu era gente e, quase sempre, nos grandes encontros com os estrangeiros o que eu mais queria fazer era me esconder com as crianças e só brincar, ao invés de ter diário de campo.

É normal brincar quando se sofre? Quando a gente sofre, como é que a gente brinca? É possível sonhar quando não se pode brincar? Com o que sonha o estrangeiro, quando constata que as crianças brincam com facas?

Será que o estrangeiro sonha em ser invisível na multidão da cidade? Será que ele preserva em seus sonhos a sua cidade natal? Será que a cidade natal é uma cidade dos sonhos? Como sonhar quando a cidade dos sonhos é o seu pior pesadelo?

Que bagagem traz na mala imaginária quem sai de casa sem poder levar nenhum pertence? A que lugar pertence quem sente que não tem nada além de uma invisível mala de emoções?

É possível "crescer" ouvindo que se está onde não se pertence? É possível inventar que a gente pertencer a algum lugar? Onde nasce o pertencimento? Quem nos ensina que é necessário sentir-se em casa? A casa pode ser a privação da rua onde se brinca? É em casa que estamos seguros? Para que a gente se sinta seguro e confortável é preciso estar cercado de coisas conhecidas? Quem ensina que o diferente é incômodo?

Eu li muitas pesquisas que falam de traumas, de enquadramentos que explicam o sujeito patológico na intenção de prever suas ações e receitar tratamentos. Mas, a despeito de todo o saber científico que fala de trauma, o olhar da filha de Jose me disse que às crianças estrangeiras é realmente dada

a possibilidade de se reinventar. Elas podem facilmente descartar, no novo lugar, o título de estrangeiras, afinal, elas aprendem a nova língua muito mais rapidamente e sem sotaque, elas se misturam às crianças brasileiras com quem inventam brincadeiras antes impensadas. Do mesmo modo, as crianças – agora estrangeiras no Brasil – poderão, quando adultas, voltar ao seu país de origem e, sem nenhum peso ou remorso, reencontrar-se ou não neste lugar. Essa possibilidade, em princípio, a criança tem. Porém, nem sempre é esta a possibilidade que seus pais enxergam quando lhes veem. Muitos pais, por se sentirem estrangeiros saudosos e de peito apertado pelo horror que o refúgio lhes patrocina, reafirmam o tempo inteiro aos seus filhos que eles também são estrangeiros, pessoas descabidas nessa vida que é essencialmente sem cabimento. E assim, os adultos imprimem uma dura carga nas crianças, pela sua própria incapacidade de devir-criança.

Eu desenhei no meu diário de campo que histórias estrangeiras contadas no encontro de uma sala de pesquisa são sussurros no ouvido da criança que ali fingia não existir, mas roubou toda a cena. Tudo em mim se processou porque a criança que ali aparecava ser surda e invisível pôs holofotes em meu pensamento. O narrar essa história me mostra que brincar de inventar novos modos de ser é o movimento fundamental aos estrangeiros com quem trabalhei, tanto quanto me é imprescindível como pesquisador e ser humano. Se eu tivesse que ser qualquer um dos estrangeiros com os quais a pesquisa se fez, seria, certamente, uma dessas crianças que, diante da bacia velha cheia d'água na porta da rua, via rio, piscina e cachoeira. Não me sinto nem um pouco desajustado por preferir estar com as crianças. As crianças fazem o pôr-do-sol valer mais, porque imaginam que a forma das nuvens são códigos a serem (re)inventados.

Na sua silente sabedoria, a filha de Jose me contava das mil invenções que seu devir-criança fazia brotar, e desejei, também silente, um devir-criança em mim, que pudesse transmutar o estrangeiro que tantas vezes sinto ser no meu trabalho de pesquisar cidades. De repente, levar uma criança àquela

reunião, assim como o pedido-estrangeiro de mobilizar todas as ações em torno das crianças, produziu o sentido que coloriu a pesquisa e, todo esse sentido me conduziu a partir de então.

V.

V. limpou o suor do rosto, levantou a cabeça para tentar avistar a que distância estava a próxima sombra, seguia longe, respirou fundo e apertou o passo. O encontro estava marcado para as 15h e 30min, iria se atrasar. Quando saiu de casa não imaginava que ficasse tão longe, desde que chegou a P. não havia saído da região em que se instalou. Acabou calculando mal o tempo, iria se atrasar, e não seria pouco, será que deveria ir mesmo assim? Enquanto isso o sol seguia queimando a sua pele e o suor transbordava em seu rosto, seu pescoço, seus braços.

O cansaço da caminhada e o ritmo acelerado fazia com que volta e meia V. esquecesse da bela vista que acompanhava aquela calçada à beira de um enorme lago. Parecia um rio, mas haviam o dito que se tratava de um lago, um enorme lago. V. relembra que havia chegado de outra cidade banhada por água, só que lá este era chamado de mar.

Por um momento, V. observa as pessoas que por ali circulam, em ritmos muito diferentes. Há gente que caminha com seus tênis esportivos, há quem se alongue e faça exercícios, há quem esteja sentado simplesmente observando o rio, aliás, o lago. V. fica por um bom tempo tentando imaginar em que aquelas pessoas estavam pensando, quais seriam suas preocupações, haveria alguma preocupação nessas atividades que pareciam tão prazerosas? Por um momento, pensou que o sol queimando sua pele não parecia incomodar as outras pessoas pelas quais cruzava. Será que o sol só queima quem não pode aproveitá-lo?

Seus pensamentos lhe levaram novamente para as incertezas que permeiam sua vida por tanto tempo. V. acabara de chegar, mas não sabia por

quanto tempo poderia ficar na casa em que se encontrava hospedado, não sabia se conseguiria obter os documentos que garantiriam sua permanência nesse lugar, não sabia se conseguiria trabalho sem estes documentos. E sem trabalho e documentos, não havia como alugar um espaço para residir ali. Ao mesmo tempo, sem um “comprovante de endereço”, não sabia se conseguiria algum trabalho, pois essa é uma exigência muito comum quando se apresenta para alguma vaga de emprego. Sem residência formal e sem trabalho, não sabia se tinha chance de obter os documentos que precisava para garantir sua permanência no país.

V. ao pensar sobre todas essas incertezas e impossibilidades recordava da sua chegada a P., com um papel escrito a mão em que anotou o endereço do local em que se hospedaria. Chegou tarde da noite no endereço, era uma casa que possuía um muro alto e um portão de ferro. Não havia campainha, não havia interfone, não havia jeito de comunicar sua presença ali. V. bateu palmas, bateu no portão de ferro, ia e voltava da calçada para a rua para avistar algum movimento, tentava dar pequenos pulos para tentar saber se havia alguém, nada. Estava quase desistindo quando alguém apareceu e possibilitou a sua entrada. De algum modo, V. sentia que permanecia diante daquele muro, sem saber como fazer para entrar.

V. chegou às 18h no encontro, quando perguntaram sobre o atraso, explicou que se atrapalhou nos horários e que acabou perdendo a hora, pediu desculpas pela confusão. Aquelas pessoas que afirmavam estar fazendo uma pesquisa sobre cidades e imigrantes queriam saber se ele tinha fotografias de P. V. pensou que deveria ter fotografado o rio, aliás, o lago, no caminho para o encontro. Após o encontro, enquanto aguarda o ônibus (havia ganhado o valor das passagens) ficou pensando sobre o que haviam conversado no encontro, sobre a cidade que aos poucos conhecia, sobre as outras cidades que conheceu desde que deixou pra trás o seu país. V. pensava sobre a saudade que sentia de sua casa, da sua gente, das suas ruas, do seu sol. Pensava se havia valido a pena sair de lá, pois depois de tanto tempo tantos lugares, o sol seguia queimando

a sua pele. Pensava nisso enquanto observava uma igreja a sua frente. A igreja ficava na rua de trás da qual ele se encontrava, conseguia ver somente a parte superior da mesma. A construção era bonita, lembrava um castelo. Resolveu fotografar a igreja. Haviam elogiado suas fotografias, resolveu compartilhar com o grupo (havia sido criado um grupo dos participantes do encontro no whatsapp para facilitar a comunicação). Sacou a foto, enviou no grupo, e continuou olhando a fotografia. Resolveu editá-la, deixando a imagem em preto e branco. Compartilhou a foto editada no grupo, guardou o celular, e ficou por mais uns segundos admirando a igreja. Por onde será que se entra nesse castelo? Perguntou-se V.



Registro produzido por uma participante em oficina realizada sobre Imagens e a Cidade, 2019.

NARRATIVAS DOS ROLÊS: FESTAS DE RUA COMO CLÍNICO-POLÍTICA URBANA

Camila Braz da Silva, Gabriel Vargas Bernardo, Mariana Gonçalves da Silva e Luis Artur Costa, que compõem o Coletivo Cartografias do Rolê de Rua (CCRR)

As vigas do viaduto vibravam graves ao som do surdo sintético. Os corpos faziam as vezes de cardume, dançavam em variações equívocas, mas coordenadas, como a relva alta levada pelo vento: “sou como a haste fina que qualquer brisa verga, mas nenhuma espada corta”. A noite invernal sulista contorna o grupo sem aplacar o fervo que emana da turba, a ventania zune indignada pela avenida mas é abafada pela alegria cantada daquelxs convivas. Um ônibus grunhe rouco pela estrutura de concreto, mas seu trepidar é meio que incorporado à muvuca festiva. Um giroflex vermelho e branco vai crescentemente pintando a cena, que agora resconde a suor, amor e medo. De repente, o encanto que animava aquele canto da cidade parece se desfazer. A atmosfera festiva se esvazia. No entanto, aqueles que retornaram por acaso àquele local no dia seguinte, apressados na direção do trabalho, sentiam que algo ali havia mudado, era como se agora fossem mais íntimos daqueles paralelepípidos, já lhes reconheciam as faces como quem conhece as reentrâncias da parede de sua casa.

Quando saiu de casa optei pela pochete. Carregar o celular, dinheiro e a identidade em tal apetrecho tem lá suas comodidades, mas não é disso que se trata neste momento. Estava a caminho de uma festa de rua, e enquanto a

pochete balançava na cintura ao ritmo da caminhada acelerada pelo medo da noite, pensava naquele mar de corpos conhecidos e desconhecidos no qual eu mergulharia como quem adentra em águas mornas e ternas, pois a noite da rua vazia era um verdadeiro açoite de tempestade em minha pele. A multidão seria acolhedora, um leito tranquilo onde fechar os olhos e se deixar embalar pelo lullaby dançante da pista. Mas nem tudo eram flores naquele oceano, havia sempre o risco do rapto do que é próprio: punguistas e outros profissionais experts na arte de terem mãos leves, singravam aqueles mares fazendo dos corpos alegres uma oportunidade para surrupiar-lhes as propriedades mais íntimas: carteiras, celulares, documentos. Muitos quando menos esperavam levavam suas mãos ao bolso e já nada encontravam, sendo tomados de um susto e desamparo que não raramente brotavam em lágrimas e melancolia pelo território perdido. Naquele mar borbulhante de gente quente, a experiência de ter suas coisas surrupiadas era como uma repentina corrente gelada que colocava o corpo em choque e recompunha uma individualidade antes eroticamente dissolvida em êxtase na multidão. Ao movimento da música os corpos se encontravam de modo fortuito, um cotovelo ali, uns ombros acolá, um roçar de quadris involuntário, corpos em contato sem perguntar com quem, sem importarem-se como, apenas deixando-se levar sem maiores preocupações com essa proximidade que, em outras situações, seria motivo fácil de incômodo por romper o círculo invisível que sustenta as fronteiras do privativo de cada um. Algumas pessoas, um pouco mais ébrias, deixavam seu corpo girar amplamente em uma espiral crescente para longe do seu ponto de equilíbrio. Apenas não caiam, graças aos contornos dados pelos corpos alheios que se colocavam no entorno. Não entornavam a si mesmas no duro solo, pois o mar de gente lhes dava sustento em seu cambalear. A paciência e a aceitabilidade de tais contatos produz uma estranha intimidade impessoal, na qual não se trata de uma relação dual, mas sim uma espécie de identidade grupal que enseja tamanha tranquilidade em entregar-se aos corpos ao lado sem nem ao menos conhecê-los. Estaria mentindo se dissesse que não havia territorialidade posta,

inclusive em diálogo com alguma identidade, mesmo que difusa, pois em outros mares de gentes não necessariamente mergulhamos com tanta ternura. Ali, naquela dança, naquela turma, havia a tecitura de uma territorialidade que sustenta uma segurança relativa para cada um perder-se de si mesmo. No entanto, tal desterritorialização de si é prontamente reinscrita em um nós que está ali, mesmo que difuso e não nomeado, mas se encontra circunscrito pela intimidade coletiva produzida entre os corpos. Tal desterritorialização apresenta também seus limites e riscos, como, por exemplo, perder o celular e os documentos, índices máximos do próprio de cada um, em nossos tempos talvez até mais do que os próprios braços. Assim, a pochete é uma espécie de estratagema para assegurar segurança e promover tranquilidade na entrega, sem que advenha volta e meia aquele frenesi de paranóia a reacender os limites do corpo por meio da mão que tateia nervosa os bolsos ou a bolsa em busca do que é meu. Podem talvez tais coisas serem mais minhas do que até mesmo meu próprio nome, ao modo do capitalismo que destrói e reinventa a si mesmo em processos de auto-revolução que jamais findam com a propriedade, mais valia e tradução universal pelo capital. Seria, neste caso, abrir-se para o furto a máxima experiência da festa? Seria, neste caso, o furto a mais radical experimentação festeira de entrega de si ao desconhecido da experimentação de um devir de si? Mas quem poderia não ser tomado por nervosismo completo ao ter seus pequenos bens íntimos tomados de assalto por mãos leves e ágeis? Não seria este também um espaço de privilégio? Mas quem teria o que perder, não seria também, por sua vez, um privilegiado diante de muitos que coabitam naquele espaço? A noite da rua vazia, assim como o bolso ou a bolsa repentinamente esvaziados, são correntes frias para alguns e nem tanto para outros, tal frio se faz estimulante para alguns e extremamente dilacerador para outros, e, o tempo todo, de um lado e do outro, estas experiências diante do furtivo e do fortuito nos falam das muitas articulações entre medo e privilégio ou opressão: quando medo e privilégio potencializam um ao outro pelo risco de perder o próprio narcísico, ou ainda, quando tal fortaleza narcísica pode dar-se o

luxo de perder-se pois habita um continente mais duro do que as moedas que leva, mas também quando, em um sentido muito mais presente e perigoso, a ausência do privilégio designa o risco máximo do ar se fazer duro e agudo feito faca ou bala, fazendo sangrar os corpos expostos a um perigo iminente de morte e desfazimento definitivo. Quando saí de casa optei pela pochete e a tateava, volta e meia, quando lembrava em meio ao torpor do embevecimento com o mar de gente, refazendo os limites de mim nos contornos percebidos pela palma de minha mão.

Caminho em passos rápidos, tenho receio da rua vazia, não por que desconheça seus contornos, mas por já antever seus perigos. Repentinamente recordo de uma canção da infância: “*Se essa rua, se essa rua fosse minha, Eu mandava, eu mandava ladrilhar. Com pedrinhas, com pedrinhas de brilhantes. Para o meu, para o meu amor passar. Nessa rua, nessa rua tem um bosque. Que se chama, que se chama solidão. Dentro dele, dentro dele mora um anjo. Que roubou, que roubou meu coração. Se eu roubei, se eu roubei teu coração. É porque, é porque te quero bem. Se eu roubei, se eu roubei teu coração. É porque tu roubaste o meu também*”. Ela fica repetindo na minha cabeça. Não como um refrão acalentador. Ela sempre me produziu um estranhamento incômodo, uma sensação de angústia difícil de ser descrita, um embrulho nas tripas que sobe até o pescoço, acelera o coração e aperta a garganta. Fico pensando o quanto ela fala o tempo todo sobre a posse e a perda. Nela, até o amor é posse e roubo pelo que se ouve. A rua se apresenta como território para além da posse e, assim, para além do roubo. Seria essa uma definição possível do comum? Caminho no meio da rua, para me afastar das muretas que podem esconder surpresas. A amplidão da rua me permite antecipar movimentos. Meus tênis de solado fino fazem com que eu sinta as formas dos paralelepípidos na pele dos meus pés. A irregularidade do calçamento às vezes provoca um tropeço ou

uma dor aguda na planta do pé, pois o passo acelerado pesa a pisada sobre o pedregoso solo. Avisto o ônibus ao longe, perto de passar pela parada. Aperto a passada. Não posso perdê-lo. O pé dói, mas ignoro. O suor escorre apesar da noite gélida. Levanto os braços em sinal, como um naufrago perdido em meio ao oceano que avista uma embarcação ao longe. Por sorte o motorista parece sem tanta pressa e, para me esperar, para. Adentro o coletivo agradecendo o gesto de boa vontade e por estar mais seguro, envolto pela lataria e pela companhia de mais pessoas. Fico espiado ainda, bem verdade, atento aos movimentos que possam me parecer suspeitos. Já fui furtado e assaltado no ônibus mais de uma vez. No decorrer do trajeto vou relaxando e me acostumando ao sacolejo do caminho, àquela hora ele quase não para, as pessoas estão em suas casas ou voltando do trabalho. Poucas se dirigem ao Centro da cidade. Coloco os fones de ouvido e miro pela janela a paisagem a passar rápida como risco. Quando desço no Centro, algumas pessoas aguardam pelos seus coletivos nas paradas ao lado do mercado. Alguns vendedores ofertam comida, bebida e outros bens de rápido consumo para aquele momento de espera. Logo me distancio deste leve burburinho e adentro mais uma vez uma rua vazia. Logo aperto o passo e apresso o trajeto. São poucas quadras de solidão, mas temo que alguém, sabendo da festa, esteja a espreita por abordar caminhantes desavisados se dirigindo para o evento. A pochete chacoalha. Retumbam ao ecoaram na estreita via ladeada por imensos prédios. Sinto-me como um viajante solitário a desbravar um cânion em uma região inóspita do planeta. Meu corpo é brevemente tomado pelos afetos destas fantasias infantis e até encontra alguma coragem, reteso os franzinos músculos e fico de prontidão para qualquer coisa. Ouço os ruídos da festa se aproximando. Sinto a alegria de quem encontra o que esperava. Um oasis em meio ao deserto. A turba em festa faz som de mar pelo farfalhar dos corpos guiados pelas batidas graves da música. Algumas gargalhadas e gritos de animação fazem as vezes de pássaros a cantar e erigir territórios sonoros junto da música. Finalmente transpasso a fronteira invisível que me faz integrar-me à festa! Agora me sinto seguro!

E, nesta segurança, me sinto capaz de assumir novos riscos para, quem sabe, perder-me de mim por alguns momentos. O novo jogo dos riscos amolece a carne no conforto da batida e da proximidade morna dos corpos a nos protegerem dos ventos frios que varrem as ruas vazias naquela noite fria no centro da cidade. Os músculos, antes tesos pela ansiedade do trajeto noturno, relaxam e adquirem movimentos menos marciais e mais fluidos. As mãos e braços desenham formas diante dos olhos ao modo de iscas de pesca. Alguns fecham os olhos e afundam na música como quem mergulha em uma fantasia. Outros mantêm a fronte levantada e buscam outros olhares no seu entorno. Um afeto cálido de segurança e curtição permeado pelo fermentar do álcool e de outros eventuais aditivos faz chão para que cada um possa jogar-se em novas experimentações. E é exatamente nesta vibe de tranquilidade e celebração que carteiras e celulares são gentilmente coletados por pessoas que estão a trabalho naquele mesmo coletivo. Há um terror próprio na perda das posses íntimas que se distingue de outros furtos. O gesto de queimar os próprios documentos ou de se desfazer do celular, por exemplo, tem um caráter nitidamente político em diversos contextos.





Fotos da “Arruaça Grave Geral 2023”. Da esquerda para direita: Leques, por Luno; Correios, por Aleksander Photo; Setup, por Marcos Martinelli; Front, por Cyber.poc; Fartura, por Pietro Scopel.

OS AMBULANTES E AS FESTAS

A alma da festa de rua são os ambulantes. Oferecem os líquidos necessários para a produção dos corpos em festa. Quem frequenta já conhece a dinâmica: grandes carrinhos com um isopor, guarda-sol aberto e muita cerveja e gelo dentro. Mas também tem água, refrigerante, aquela famosa ice ou qualquer outra coisa que se possa vender. Podemos descobrir muitas vezes só olhando em volta do guarda-sol para saber a variedade dos produtos, as latinhas vazias amarradas com uma corda fina ficam penduradas nas pontas do guarda-sol ou mesmo em volta do isopor, maneira fácil de expor as marcas. Os valores vamos perguntando ou também estão expostos, mas não há nada que não possa ser negociado e não vire uma promoção de três latões por quinze/vinte reais, dependendo da sua sorte e disponibilidade para não se preocupar com a marca da cerveja.

Os carrinhos são fáceis de identificar, alguns se utilizam de uma estrutura de bicicleta para fazer sua melhor locomoção, outros tem rodas grandes e duas alças para a condução. Com um primeiro olhar panorâmico na chegada do evento já temos estabelecidas nossas possibilidades de consumo. Alguns dizem que os ambulantes sabem das festas antes mesmo do público tamanha a agilidade que aparecem nos lugares mais inóspitos quando as festas são anunciadas em cima da hora. O que é certo é que existe uma comunicação entre as festas de rua e os ambulantes, onde tem um tem o outro.

Sábado de sol de abril e tem saída do bloco Não mexe comigo que não ando só, um bloco feminista que nos últimos anos vem ganhando espaço no carnaval de rua de Porto Alegre. São as mulheres que fazem o bloco, desde as brincantes até a bateria. A saída foi na orla do Guaíba, partindo do monumento das Cuias ou como alguns gostam de chamar o “monumento das tetas”, bastante adequado para a ocasião. O ano não foi fácil para os blocos de carnaval independentes. A Smic (Secretaria Municipal da Produção,

Indústria e Comércio) fez restrições para o acontecimento na rua com várias imposições de estrutura que muitos desses blocos independentes não tinham como bancar, o lance era grana mesmo. Foram os financiamentos coletivos que possibilitaram algumas dessas saídas.

Mas ainda tem outra coisa, dentro do circuito do Carnaval de Porto Alegre 2019, a prefeitura fez um acordo com a Ambev que patrocinou parte do carnaval e em contrapartida somente ambulantes cadastrados e que pagassem uma taxa para a empresa poderiam vender seus produtos. A saída do Não mexe pela orla, como de costume, contava com uma nova dinâmica, o caminho entre o monumento das cuias até o gasômetro era um dos circuitos do carnaval no qual só quem tivesse devidamente cadastrado poderia vender seus produtos, algo diferente de outros anos. O espaço bem delimitado pela Smic marcava até onde os ambulantes “ilegais” poderiam ir, um trecho de rua fechada que não contaria com um dos serviços essenciais da festa: a bebida.

Naquele momento estavam acontecendo diversos eventos culturais devido ao carnaval e por se tratar de um bloco independente e seu público ser mais restrito não havia nenhum ambulante regularizado. Mas haviam os irregulares, que quanto mais se aproximava o horário da saída mais eles se multiplicavam. Não eram apenas trabalhadores informais irregulares, eram os trabalhadores informais conhecidos que circulavam nesses eventos que tanto vamos. Muitos encontrávamos semanalmente nos mesmos lugares. Pessoas que chamamos pelos nomes e constroem suas relações de sociabilidade com um público conhecido.

Impossibilitados de seguirem com o bloco, alguns foram embora, outros ficaram na contenção vendendo seus produtos. Alguns ainda ultrapassaram a barreira e foram retirados por três fiscais com coletes da prefeitura que ali se encontravam. Mas em paralelo com a rua restrita havia outra rua, na qual os ambulantes foram chegando e acompanhando o bloco, regando a festa a samba, suor e cerveja. Vendiam suas bebidas que as pessoas iam até eles buscar ultrapassando a contenção da prefeitura.

Passado algum tempo com o deslocamento do bloco já na metade de seu trajeto, as caixas de isopor começaram a aparecer no meio da multidão, uma a uma recompunham o cenário catártico da festa de carnaval. No meio da euforia dos corpos dançantes que quase se grudam para acompanhar de perto a bateria, encontro a Cris, uma amiga ambulante de todas as horas com ceva gelada. Pergunto como ela havia entrado ali e ela com um sorriso no rosto me responde:

— Demos a volta ué! A fiscalização foi até as 16h e pouco hoje, assim que vimos que foram embora ficamos mais tranquilos para trabalhar, também precisamos ganhar nosso dinheiro, eles trabalharam um pouco agora é nossa vez.

O bloco seguiu ambulante.

AFROFUTURO ANCESTRAL⁴

Abro a janela do quarto, ainda sonolenta e percebo que o céu está limpo. O sol irradia a manhã de domingo. Me sentia ainda um pouco cansada, pois fui madrugada adentro costurando as últimas lantejoulas que faltavam para terminar a fantasia.

O compromisso do dia é coisa muito séria. É o dia do cortejo. O dia em que as ruas e avenidas são preenchidas com a vibração de corpos brincantes. Todos os anos é a mesma coisa, a cidade inteira se prepara para esse dia. Terminam os estoques de lantejoulas, purpurinas e tecidos holográficos nos armários da Pinto Bandeira. A economia da cidade é movimentada. Vendedoras ambulantes preparam o carregamento de bebidas com antecedência e no dia do cortejo enfeitam os guarda-sóis de seus carrinhos pendurando fitas furta-cor.

⁴ Este fragmento narrativo faz parte do capítulo “AFROFUTURO ANCESTRAL – TERRITÓRIOS NEGROS E OS PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE” da dissertação “ENTRE ESQUINAS, ESCADARIAS E ENCRUZILHADAS: CORPOGRAFIAS NEGRIAS URBANAS” de autoria de Mariana Gonçalves Silva, publicada em 2020 e disponível no endereço eletrônico <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221663>

O momento é mágico!

O trânsito de veículos fica bloqueado em toda a região em volta da Ilhota, preparando para o evento que se estende durante o dia e entra a noite seguindo por outros pontos da cidade. A festa do povo é realmente sempre muito bonita. Há aqueles e aquelas que atravessam o oceano para prestigiar a celebração. Por isso, é necessário que tudo seja impecável, com a mínima possibilidade de erros.

O interfone toca. Era Nega Lu, com sua voz estrondosa de trovão. Eai tá pronta!? Vim te buscar! Oi Lu, quer subir? Não vou subir não, desce logo pois a concentração lá na Guaranha já começou !

Dou os últimos retoques em frente ao espelho, passo o batom azul metalizado na boca, confiro a pochete e bato a porta de casa. Enquanto desço as escadas ouço a vizinhança alvoroçada. Gargalhadas e músicas são abafadas pelas paredes dos apartamentos. Ao chegar no andar térreo, dou mais uma olhada no espelho da entrada do prédio. Quando abro a porta de alumínio, estava ela, Nega Lu, debaixo da pitangueira abrigando-se do sol quente.

Seguimos a Baronesa do Gravataí em direção à Luiz Guaranha. O beco estreito já está movimentado desde cedo. Homens, mulheres e crianças. Corpos negros circulando de um lado para o outro. Algumas crianças vestidas de rosa correm rua adentro e as mulheres mais velhas estão sentadas em cadeiras frente às casas. As quitandeiras, negras minas, vestem batas brancas compridas, por baixo, saias de armação para dar volume e os torsos na cabeça. Enquanto jovens mães, sentadas no meio fio da calçada embelezam os cabelos das crianças com tranças nagô enfeitadas com fita mimosas.

Nega Lu estava aflita, ensaiou algumas firulas para sua performance deste ano. Ela já era expert no que fazia, não entendi o porquê de toda a tensão.

Mas, como nenhuma performance é sempre igual, é compreensível que a expectativa aumente. De repente, um bate-boca dentro da sede da associação comunitária. Tu é porta-bandeira do bloco Lu! Essa saia foi feita especialmente pra ti, até com as tuas medidas e agora tu não quer usar?! Não vou vestir esse saião, porra nenhuma! Olha o comprimento disso, capaz de sair tropeçando pela rua. Não vou vestir! Esquece! Não vou desfilar parecendo uma cumadre evangélica, não mesmo! Lu sai pisando firme e de semblante fechado. Estava bolada com um dirigentes do bloco que pediu para sua esposa costurar uma saia longa para Lu vestir durante o cortejo. A justificativa era que por ter tantas crianças na bateria mirim, Lu deveria se comportar de maneira adequada.

Quem sabe, tu usa a saia só durante uma parte do cortejo, depois tira. Argumentei na tentativa de apaziguar a quizila.

Não! Estamos no futuro! Tu ainda não entendeu? As crianças precisam entender que nossos corpos são livres. TODOS OS CORPOS SÃO LIVRES! Até quando vai essa palhaçada de ditarem regras sobre como eu tenho que me comportar e o quê devo vestir? Eu sou a Nega Lu, meu amor!

Não dei continuidade no assunto pra não alimentar o bafafá. Nega Lu estava certa.

Que calor! Daqueles dias que não corre uma brisa. Haja protetor para proteger a pele do sol intenso que queima até o couro cabeludo. Perguntei à Lu como seria a programação do cortejo, pois ela tinha informações que foliões só saberiam durante a saída do bloco. Me respondeu com ar de mistério: teremos convidades especiais...

“Aí pessoal, bom dia! Vamos nos organizando devagarinho. Pessoal da bateria pode ir se posicionando aqui atrás do carro de som. As mães já podem ir trazendo as crianças pra cá também pra gente formar a bateria mirim. Lembrando que os lanches das crianças estão aqui no frigobar e as águas pros músicos também! Vamos lá pessoal, nos preparamos o ano inteiro pra esse

momento, vai ser lindo, vai ser maravilhoso. Já tá tudo pronto é só botar o bloco na rua!”

Me despeço de Nega Lu que se aproxima do carro de som, já com o estandarte pendurado na cintura. A cor rosa do bloco predomina nas fantasias de integrantes e na bandeira a flamular no carro de som. As únicas que vestem branco são as quintandeiras, que são destaque por representar a ancestralidade africana. Mais velhas, sábias, griôs, transmissoras de conhecimento. As crianças, são o sopro de vida que aponta para o futuro de nossa existência e as jovens a expressão da intensidade que se vivencia no presente.

O bloco Areal do Afrofuturo está pronto para mais um espetáculo carnavalesco, reinventando o presente, reverenciando o passado e perspectivando um futuro de fartura para a comunidade.

Seguimos lentamente pela Rua da Margem. Corpos negros de diversas gerações, acompanhando a cadênciâ sincopada da bateria. “Chora cavaco!” diz a puxadora do bloco ao microfone. / E vem sambar, vem desfilar, eu não quero que você se vá. Pela última vez, vem comigo vem, sem você não sou ninguém / Virando à direita, na Rua da República em direção à Av. Praia de Belas, passamos na Igreja Santo Antônio. Do outro lado, no alto do solar avistamos a Baronesa do Gravataí observando o cortejo. Diz-se que ela está passando por um momento difícil, por não saber o que fazer com tantos bens materiais. Com um olhar curioso a Baronesa estica o pescoço pra ver o que se passa na rua. Sua expressão facial comunica um sentimento de dúvida: como podem esses negros serem tão alegres?

A bateria mirim do Areal do Afrofuturo conduz o cortejo até a Ponte de Pedra. Nesse momento já somos milhares na rua. Corpos dançantes que celebram o passado, o presente e o futuro. A força da multidão reverbera um sentimento de alegria de vida. A Negrada toda com largos sorrisos nos

rostos, com a certeza de que hoje o mundo está bem melhor do que já foi antes. A cidade transformou-se em um grande quilombo. As comunidades se fortalecem através da troca de saberes, preservando a ancestralidade e a natureza. As tecnologias milenares agora estão sendo utilizadas em favor de todas as pessoas. Não há mais corpos encarcerados, mas corpos livres para brincar carnaval e circular pelas ruas. Não há mais a distinção entre centro e periferia, pois os territórios foram retomados e devolvidos a quem lhe pertence. As crianças que conduzem o cortejo representam o renascimento desse mundo. É importante que estejam à frente para manter a energia da alegria e prosperidade viva. Aquelas que não estão na bateria, vêm durante o percurso distribuindo doces para quem brinca o carnaval.

Há mais ou menos uns 50 anos atrás, um bloco de carnaval conduzido por artistas da cidade, desfilou por essa região da Ponte de Pedra. Durante o desfile, o viaduto tremeu e quase caiu. Eu tava lá! Foi bem tenso. Por esse motivo o lugar se tornou um ponto de cultura e de arte urbana. Embaixo do viaduto quase todos os finais de semana tem festa. Rola uma pista de dança que só vendo. Baile charme, festa de música eletrônica, batalha de rap, baile funk. Um rolê sempre produzido por jovens negras e negros de todos os cantos da cidade. A galera organiza uma programação de três em três meses, tudo autogestionado.

Para marcar a importância do espaço, o grupo de teatro Preta Agô realiza uma performance durante a transição da bateria mirim para a bateria formada por adultos. Em uma performance que sacraliza a presença de corpos negros no território, personagens representam rainhas e reis vindos da Etiópia. Vêm navegando em um grande barco de madeira que flutua nas águas límpidas do rio Guaíba e desembarcam próximo à Ponte de Pedra. Ao sair da água, o barco se transforma em um enorme carro alegórico, que será o abre alas da continuação do cortejo.

Nega Lu é convidada para conduzir ambos os cortejos pela elegância que empunhava o estandarte. Para este segundo momento, ela acrescenta em seu figurino uma capa de voil cor de rosa e uma coroa de metal enfeitada com búzios e pedras. A cada giro de Lu pela avenida, a capa que usava amarrada no pescoço ganha movimento como se fossem ondas de um rio.

Ao som de foguetes e clarins seguimos em direção ao Beco Poço, antiga General Paranhos. O Rei Momo e a Rainha Ginga, integrantes do Preta Agô, acenam para o público sentados em tronos em cima do carro alegórico. A multidão se amontoa para ver a corte e tirar a melhor selfie. / Ô abre alas que eu quero passar, ô abre alas que eu quero passar! / O percurso a ser seguido seria curto, porém intenso. O fim de tarde se aproxima e com ele, os mistérios do anoitecer na região central. Lentamente o carro alegórico dobra a esquina passando pela Rua Coronel Genuíno, inclinando-se para a Av. José do Patrocínio em direção à Cidade Baixa. A essa altura as crianças e as mais velhas já se recolheram, abrindo espaço para foliões e foliãs embriagados que brincam pelas ruas como se crianças fossem.

Quando chegamos na dispersão no Largo Zumbi, corpos agitados buscam o “continuísmo” da folia. É o fim do cortejo do Areal do Afrofuturo. A equipe de integrantes do bloco festeja o sucesso de mais um ano de desfile pelo Arraial. De todos os lados se escuta: e agora? Para onde vamos? Onde é o after? São milhares de corpos andando de um lado para o outro na Avenida Loureiro da Silva. Cai a noite e de repente, surgem cores, muitas cores. Na verdade luzes, luzes de led acendendo nas fantasias de brincantes. Um entusiasmante show pirotécnico sai do carro alegórico encerrando a abertura oficial do carnaval da Cidade Baixa. A Alegria e a felicidade do momento contagiam os corpos cambaleantes que exibem largos sorrisos em celebração. O murmurinho era

de que boa parte das pessoas iriam em direção ao Candombe da Mãe Rita, no viaduto do Brooklyn, ao lado da Redenção onde aconteceria a edição de Carnaval do Sambarau. Outra parte subiria os becos do centro, com destino aos bordéis e ao bar onde Lupi faria suas últimas apresentações antes de partir para o Rio de Janeiro.

SAMBARAU NO BROOKLYN, SAMBARAU NO BROOKLYN!

Era Nega Lu, seminua, saltitando e rodando pela avenida.

Cadê teu figurino Lu?

Deixei por aí, em algum canto da cidade...

Os registros fotográficos desse capítulo foram feitos no dia 1º de maio de 2023, dia do trabalhador, durante a festa Grave Geral do Coletivo Arruaça, que produz festas de rua desde 2014 em Porto Alegre. Como acontece nos últimos anos, tivemos mais uma vez a edição da festa no Centro Histórico da cidade. Da esquerda para a direita a autoria das fotos são de:

Alexandre Rosa

Henrique Daguerre

Marcos Martinelli

Bianca Cunha

Pietro Scopel.

POSFÁCIO

AS MUITAS CIDADES TÃO CONCRETAS QUANTO INVISÍVEIS QUE EXISTEM NA CIDADE EM QUE VIVEMOS: A CONSTRUÇÃO DE UM COMUM⁵

Luis Artur Costa

Feche os olhos. Como é sua cidade? Agora imagine-se outra pessoa. Completamente distinta de quem você é. E agora, como é a cidade desta pessoa? Serão as cidades uma só e muitas ao mesmo tempo? Foi com esta aposta que percorremos os territórios urbanos acompanhando as muitas cidades que a vida de cada uma e cada um constrói no seu dia a dia. A cidade cerzida pela população de rua, pelas mulheres moradoras de uma ocupação que serve de proteção às violências misóginas, pelas moradoras e moradores das ocupações em geral, pelas e pelos imigrantes, pelas e pelos ciclistas, pelas e pelos moradorxs de condomínios fechados de alto padrão aquisitivo, pelas e pelos produtorxs de festas de rua, etc.. Enfim, percorremos muitas das ilimitadas cidades que existem na cidade em que vivemos.

Vamos fazer um pedido metafórico: feche os olhos. A ideia é fecharmos os olhos para vermos melhor a nossa cidade. Os olhos fechados para instigar a imaginação: vamos imaginar as cidades nas quais realmente vivemos. Escute à cidade. Os sons de marteladas, serras, esmeris, carros, pássaros, pessoas falando, passos na pedra, motos acelerando ferozmente, ônibus freando na parada, um vendedor ambulante anuncia o seu produto

⁵ Este texto foi escrito como roteiro para o vídeo-documentário “Cidade e Subjetividades” que compôs um dos produtos finais da Pesquisa narrada ao longo do livro. O documentário tem a direção de Felipe Lesbik e pode ser acessado em: <https://youtu.be/iFiB3UJvxq4?si=O9Hj77SBvMhpDr2H>

como um canto, latidos se multiplicam em uma onda contágio, uma caixa de papelão é arrastada no chão enquanto ouvimos os guinchos dos rolamentos de uma carroça. Um mar de ruídos forma uma paisagem sonora em nosso corpo fazendo-o vibrar e produzir imagens. Pouco a pouco, lampejam em nossa memória pequenos fragmentos imagéticos ao modo de faíscas que surgem e somem na tela. Como flashes isolados, por vezes sucessivos e por vezes se sobrepondo em certa simultaneidade. Uma multidão de imagens das multidões se forma: pessoas, outros animais, plantas, fungos, insetos, objetos técnicos, construções industriais e artesanais, dispositivos digitais, minerais, líquidos, etc.. Um arranjo de imagens dança em nossa memória com cidades muitas.

A cidade não é apenas um conjunto de edificações, pavimentos ou corpos. A cidade é acontecimento. É feita das faíscas dos encontros e da multiplicidade de olhares que a constroem.

Composição polifônica de muitas vozes, ruídos, sons e cantos: faz-se conhecer de diferentes modos aos diversos ouvidos que a escutam. Para escutar a cidade é preciso estar atento aos seus pequenos silêncios que permitem ouvir outras vozes. É preciso estar atento aos seus grandes silenciamentos, aqueles que abafam a multiplicidade dissonante e sons que a compõem.

Ritmo e velocidade fazem os dias nas cidades. Amarradas na aceleração, corremos. Corremos pelo prazer. Corremos com medo de morrer. Corremos para ter o que comer. Corremos juntas e, ao mesmo tempo, separadas. Diversos ritmos em um só fluxo que costura a trama urbana. Mas também fechadas em nossos destinos, ensimesmadas com a pressa dos minutos contados.

Em meio a isso, resta explorar seu espaço nas frestas e nas sobras dessa cidade. Tudo em constante tensão nas pequenas tragédias do dia a dia que salpicam a cidade de beleza e terror tão sublimes quanto mundanos.

Às vezes parece que estamos quase sempre em movimento, até quando parades. Como uma ciclista avançando pelo trânsito engarrafado: fazendo da paisagem um monte de riscos pela velocidade na pressa de chegar em tempo.

A cidade vira um quadro abstrato e concreto, como se fossem pinturas de abstracionismo lírico, expressionismo ao estilo de Pollock.

Para além destas velocidades, temos aqueles e aquelas que lançam um olhar mais intimista para as ruas. Muitos e muitas fazem moradas na cabeceira destes rios de velocidade. Os “corres” intensos dos seus dias, não são as corridas constantemente contra o relógio dos seus vizinhos e vizinhas.

Conhecedores das ruas na sua intimidade, sabem tudo que outros nem imaginam, mas são constantemente atingidos pelas intempéries da violência de Estado e das desigualdades sociais e econômicas.

Lutam pelos seus direitos de liberdade, de viver nas ruas das cidades.

Mas também delatam sempre o quão indecente é tanta gente sem casa e tanta casa sem gente.

“O que quer um estrangeiro? Será que o estrangeiro que ser um nativo do seu novo lugar? Será que o novo lugar, um dia, se torna “o meu lugar”? De onde uma pessoa é? Será que uma pessoa é do lugar onde vive? Será que uma pessoa é do lugar de onde nasceu? Será que uma pessoa é do lugar de onde veio? Será que tem sentido pensar de onde é uma pessoa? Por qual motivo entendemos que ser de um lugar ou de outro define um sujeito? O lugar de onde eu venho é o início de mim? É o início do que faço de mim? Quando se muda, o estrangeiro quer ficar?” (Diário de Campo Coletivo)

Vemos as ruas e prédios de diferentes ângulos. Como se estivéssemos no chão. De baixo para cima, como se todos fossem gigantes diante dos quais nos sentimos intimidades e admirades.

São tantas janelas. Tantas vidas pululam nelas. As janelas são como festas de vida em meio às imensas superfícies de concreto, vidro e aço. São tantas elas, que nos provocam vertigens de ver tanta gente. Já imaginaram quantas histórias habitam uma quadra? Um edifício? Uma sala? Com tanta construção, como explicar a ausência de solução para as “moradias dignas”? Realmente é muito indecente ver tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. O que resta para quem tem por teto apenas as estrelas, as nuvens e o sol?

Ocupar. Morar. Confrontam e compõem com muros e grades em resistência a uma cidade que cada vez mais faz do seu chão uma commodity a ser especulada nos cassinos da financeirização.

As fotos do coletivo “A cara da rua” nos mostram: muros, grades e mais grades. Portões, portas, cercas e outros operadores de distâncias que garantem a separação. Um dia, um dos fotógrafos transpassou as grades do Palácio Piratini: passou os braços por entre as barras e logo, magicamente, sua câmera pode fotografar o pátio do prédio histórico para além das grades. Seu corpo quase todo permaneceu do lado de fora. Mas seu olhar entrara. Restara apenas as sombras das grades projetadas no chão. Em uma marca da memória desta presença e seus interditos implacáveis que cindem o público e o privado de modo desigual e estranho.

Grades, guaritas, muros e câmeras de segurança. Pontas de lança cravejam a paisagem urbana. Seguranças armados estão postados sempre ao lado das entradas. As portas se multiplicam nos condomínios em uma espécie de contágio que as propaga cada vez mais longe e cada vez maiores. Será uma epidemia de medo?

Quem tem medo de quem?

O medo ergue cidades muradas.

O medo que tenta emudecer vozes oprimidas.

O medo de perder.

E o medo de morrer.

A cara do rico que anda entre a casa, o carro e o trabalho, sempre gerindo riscos.

A cara de quem tem a coragem de lutar e avançar contra todas as estatísticas.

Quem tem medo de quem?

O que pode o medo de alguém na construção de nossas cidades?

O que não pode mais quem é temido sem tempo para temer?

Vemos agora uma foto onde uma retroescavadeira derruba as paredes

de um sobrado. Nada da casa sobrou para contar as histórias que por ali passaram. Aqui nestes escombros onde um dia houve um sobrado antigo, jaz um sonho de morada.

Um grupo de pessoas buscou ali abrigo e formou um lar de família feita por alianças. Alguns prontamente apontaram o dedo em acusação: é invasão! Outras muitas responderam: moradia é um direito! A mão forte do Estado e a brutal pá da retroescavadeira agiram juntas com a polícia para garantir a sacralidade do privado, afinal, sem ela, não há como garantir que o chão vire lote ou commodity. Ficaram as fotos e memórias de uma grande família que teve seu lar destruído.

Não muito longe da triste imagem dos destroços do que um dia foi um lar, vemos o pôr do sol refletido nos prédios espelhados. Parecem caixas douradas a exalarem ostentação, riqueza e poder. Sua luminosidade violenta os olhos e nos impede de ver a cidade. Pouco a pouco o dia vai indo e a noite surgindo. O silêncio, pouco a pouco, vai entremeando os ruídos cada vez mais. Quando a noite cai sobre a cidade, muitos se recolhem com medo do desconhecido. Mas muitos outros aproveitam o esvaziamento para sair às ruas e poder, finalmente, chamá-las de suas. A vida noturna das cidades é rica em diversidade e atividades.

Muitas trabalham na noite urbana.

Muitas também a festejam.

Algumas vezes se encontram nas ruas da cidade.

Outras se recolhem trancados em autoexílio dentro das caixas douradas guardadas por grades e câmeras.

A cidade é uma festa feita de perigos e alegrias, tragédias e encontros.

Os corpos dançam juntos, mesmo que muitas vezes estejam separados por abismos de ódio, medo e desigualdade: racismo, misoginia, classismo, capacitismo, cisheteronormatividade. O ritmo frenético faz vibrar aos corpos vertendo-os em suor, prazer, dor e cansaço. Enquanto alguns temem perderem-se na festa, outros temem a possibilidade de serem encontrados por quem não querem encontrar.

Os guardas e grades estão espalhados também pela noite da cidade. Nas festas nas ruas, por sua vez, não se exigem cadastros ou senhas, tampouco temos que ser revistados em entradas guardadas por sujeitos fardados. Nesta assembleia de corpos pelas ruas, vemos persistirem as mazelas e iniquidades que percorrem as veias das cidades.

Mas também vemos pequenos momentos de revolução, instantes e eventos nos quais rompe-se alguma fronteira em um novo encontro. Por isso, também, muitos temem às festas e às cidades: pela sua potência de transvalorar nosso mundo no que alguns chamam de “balbúrdia”, “baderna” ou outros termos próprios para denominar outras formas de se organizar às quais não se veem reconhecidas perante os olhares oficiais.

A cidade é uma festa. A cidade é uma festa e a noite e o público são seus espaços possíveis aos delírios de outras cidades, festas outras, nas quais os brilhos destes vaga-lumes noturnos possam insistir para além das luzes que querem fronteiras nítidas entre nós e eles, o meu e o teu, o eu e o tu, entre tantos outros limites que formam nossos cotidianos urbanos. A cidade é uma festa, é encontro de corpos, choque de diferenças, tensão de disparidades, tragédias cotidianas. A cidade é uma festa e a festa é a política dos corpos tecendo outros modos de estar juntos no corpo da pôlis a dançar.

AUTORES(AS) DA OBRA:

Ana Laura Baldini Reis é psicóloga pela UFRGS e mestra em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Tem experiência de estágio com acompanhamentos terapêuticos (AT), em projeto com pessoas em situação de rua e na atenção básica à saúde.

Ariadne Cedraz é psicóloga pela UFS, mestre em Psicologia pela UFRN e doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS; trabalha como psicóloga clínica e institucional, além de atuar como docente e gestora na educação superior.

Caio Monçalves é servidor público e fotógrafo. Integra o grupo 35mm, formado em 2001 e dedicado à abordagem dos direitos humanos através do uso documental, artístico e social da fotografia.

Cássio Nogueira é psicólogo no SUS e SUAS em dois municípios no Litoral Norte do RS. Psicólogo pela UNISINOS, especialista em saúde mental pela FACOS, mestre e doutor em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

Camila Braz da Silva é cientista social e antropóloga. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/PPGAS) possui mestrado em Antropologia Social (2021) e bacharelado em Ciências Sociais (2018) pela mesma instituição. Compõe a equipe técnica e de pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS). Em suas pesquisas, a partir das metrópoles contemporâneas, a autora se interessa por temas como conflitos

socioambientais, processos de territorialização, apropriação de espaços e de seus recursos, além das práticas sociais e culturais relacionadas às transformações das diferentes paisagens urbanas. Cidade e memória conduzem seus processos de investigação, tendo como foco o trabalho com acervos imagéticos.

Daniela Mendes Cidade é professora extensionista e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura (UFRGS) com formação em Artes Visuais e Arquitetura e Urbanismo, doutora em Arquitetura (PROPAR/UFRGS). Coordena o projeto de extensão *A Cara da Rua: experiências urbanas, experimentação fotográfica* desde 2015 e o projeto de pesquisa Intersecções entre fotografia e arquitetura, arte e paisagem. Temas de atuação: fotografia e cidade, processos de criação e processos de transformação urbana.

Diogo Vaz da Silva Junior é educador social e fotógrafo. É mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS), Especialista em Saúde Coletiva pela Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva (UFRGS) e graduado em Medicina Veterinária (UDESC). Atua no Serviço Especializado em Abordagem Social em Porto Alegre, onde trabalha com pessoas em situação de rua e crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Paralelamente, trabalha e pesquisa, via registros fotográficos, processos artísticos e criativos vinculados às artes cênicas.

Fernanda dos Santos Rocha é psicóloga (UPF), Especialista em Ciências Sociais (UPF) e mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Atua no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos da Assistência Social do Município de Gaspar em Santa Catarina, trabalhando com famílias em situação de risco ou violência.

Fernando Freitas Fuão. Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFRGS) Pesquisador do Cnpq. Seus temas de investigação são os catadores, recicladores, moradores de rua, e as ocupações urbanas.

Gabriel Vargas Bernardo é DJ, produtor cultural e psicólogo na rede sócio assistencial de Porto Alegre. Faz parte do coletivo Arruaça, grupo de artistas que, desde 2014, propõe a festa como ato estético-político na sua relação com a cidade. Mestrando em Psicologia Social e Institucional no PPGPSI (UFRGS), pesquisa com as festas de rua de música eletrônica o nó cidade-subjetividade.

Guido Norberto Buch Ruschel é psicólogo (UFRGS), pesquisador e acompanhante terapêutico. Pós-graduando em Fundamentos da Psicanálise: Teoria e Clínica (ESPE). Realizou Iniciação Científica junto ao grupo INTERVIRES. Compõe o coletivo Políticas do Narrar e o Coletivo de Psicanálise Itinerâncias. Aspirante a músico de formigas, tem interesse em Psicologia Clínica, Antropoceno e narratividades do fim do mundo.

Guilherme Flach é psicólogo clínico, especialista em terapia de casal e família e sexualidade (DOMUS/FACCAT) e mestre em psicologia social e institucional (UFRGS). Às vezes ciclistas, muitas vezes pedestre, pesquisou intervenções urbanas na cidade de Porto Alegre/RS durante o mestrado.

Helena Andrade Ew é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e militante do Movimento de Lutas nos Bairros Vilas e Favelas, participando na mobilização pela reforma urbana e direito à cidade. Foi bolsista de iniciação científica, pela FA da UFRGS, desenvolvendo trabalhos nas temáticas de gênero, territorialidade, fotografia, produção do comum e identidade.

Heloísa Helena Oliveira de Oliveira é escritora, artesã, hortelã e redutora de danos. Mãe de 6 filhos e avó de 22 netos. Moradora da Vila Cabo Rocha, Porto Alegre, onde reside seu quilombo de uma casa só.

José Carlos Lemos é arquiteto professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Seus temas de investigação são: ética na arquitetura, descolonialidade, ocupações e Movimentos Sociais.

Juliana Baldasso é Psicóloga Clínica, Mestra em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS), Membra do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (Ebeppoa).

Lara Yelena Werner Yamaguchi é sanitarista e artista visual, com formação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Extensionista no programa Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI/UFRGS), dedica-se à educação popular em saúde, acolhimento e acompanhamento de mulheres e dissidências em vulnerabilidade.

Luisa H. C. Silveira é psicóloga e pesquisadora das relações entre gênero, raça, subjetividade e espaço urbano. Possui mestrado em Saúde Coletiva (PPGCOL/UFRGS), doutorado em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS), e realizou estágio de pós-doutorado junto ao Observatório de Violências pela Vida das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe (UFS). Faz parte do Programa de Extensão Clínica Feminista Antirracista Interseccional (UFRGS) e integra o coletivo Turba, somando forças na luta pela igualdade de gênero nas cidades.

Luis Artur Costa é professor e pesquisador no departamento e programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do IPSSSCH da UFRGS. Compõe o *Coletivo Políticas do Narrar*, o *Coletivo de*

Cartografias do Rolê de Rua (CCRR), o *Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas* (NUCOGS). É coordenador adjunto do projeto de extensão *Ocupas: cidade, resistência e subjetividade*, assim como dos projetos de extensão *Biblioteca Viva: Laboratório de Criatividade e Bibliotecas Vivas: Promoção de Bibliotecas Comunitárias*.

Luis Fernando Massoni é professor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS). Atualmente, é coordenador do GT 10 - Informação e Memória da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB).

Mariana Gonçalves da Silva é Socióloga e Mestra em Psicologia Social e Institucional no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias de Subjetivação (e-politics) do PPGPSI/UFRGS e do Grupo de Pesquisas em Artes, Gênero e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal de Pelotas. Atua nos temas que envolvem processos de subjetivação nas cidades, relações raciais e desigualdades no espaço urbano, territorialidades e territórios negros, juventudes e arte e cultura nos espaços públicos. E-mail: marigdasrs@hotmail.com

Maristoni Moura é coordenadora da Ksa Rosa. Centro cultural e social de catadores em Porto Alegre; educadora popular e com uma longa trajetória em organização de Movimentos Sociais.

Nanashara D'Ávila Sanches é militante do Movimento de Mulheres Olga Benário e uma das coordenadoras da Casa de Referência Mulheres Mirabal. É geógrafa e professora de geografia na rede estadual do Rio

Grande do Sul. Fez mestrado e doutorado em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul estudando temas relacionados a direitos humanos e movimentos sociais.

Robert Filipe dos Passos: Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Membro do Laboratório de Psicologia do Trabalho e Saúde - LAPSIC/UFAM.

Simone Mainieri Paulon é Psicóloga, analista institucional, doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP), tendo realizado pós-doutorado em Psicologia (UFRN), incluindo estágios como professora visitante no Dipartimento di Psicologia, dell/Alma Mater Studiorum, Università di Bologna (UNIBO) e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC. É professora titular da UFRGS, orienta pesquisas junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (Mestrado e Doutorado), onde coordena o grupo INTERVIRRES Pesquisa-Intervenção em Políticas Públicas, Saúde Mental e Cuidado em Rede.

Publicações Editora Rede UNIDA

Série:

Rádio-Livros em Defesa do SUS e das Saúdes

Ética em pesquisa

Participação Social e Políticas Públicas

Pensamento Negro Descolonial

Mediações Tecnológicas em Educação e Saúde

Educação Popular & Saúde

Saúde Mental Coletiva

Atenção Básica e Educação na Saúde

Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

Saúde & Amazônia

Saúde Coletiva e Cooperação Internacional

Vivências em Educação na Saúde

Clássicos da Saúde Coletiva

Cadernos da Saúde Coletiva

Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade

Conhecimento em movimento

Arte Popular, Cultura e Poesia

Economia da Saúde e Desenvolvimento Econômico

Branco Vivo

Saúde em imagens

Outros

Periódicos:

Revista Saúde em Redes

Revista Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br



ISBN 978-65-5462-230-1



9 786554 162230 1